

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARIA FERNANDA RODRIGUES SOARES

PALAVRAS QUE RESISTEM: A MARCA DE CAROLINA MARIA DE JESUS EM  
QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA (2020)

PONTA GROSSA  
2025

MARIA FERNANDA RODRIGUES SOARES

PALAVRAS QUE RESISTEM: A MARCA DE CAROLINA MARIA DE JESUS EM  
QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA (2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa de Estudos Linguísticos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Valeska Gracioso Carlos

PONTA GROSSA

2025

S676

Soares, Maria Fernanda Rodrigues

Palavras que resistem: a marca de Carolina Maria de Jesus em Quarto de despejo: Diário de uma favelada (2020) / Maria Fernanda Rodrigues Soares. Ponta Grossa, 2025.

82 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Valeska Gracioso Carlos.

1. Língua portuguesa - Variação linguística. 2. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 3. Quarto de Despejo. 4. Pretuguês. 5. Identidade na linguagem. I. Carlos, Valeska Gracioso. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 469



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

## TERMO

MARIA FERNANDA RODRIGUES SOARES

### PALAVRAS QUE RESISTEM: A MARCA DE CAROLINA DE JESUS EM QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA(2020)

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 26 de setembro de 2025

Prof.<sup>a</sup> Dra Valeska Gracioso Carlos - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.<sup>a</sup> Dra Ione da Silva Jovino - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto - Universidade Federal da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Ione da Silva Jovino, Professor(a)**, em 29/09/2025, às 14:23, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Felipe da Conceição Pinto, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 16:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valeska Gracioso Carlos, Professor(a)**, em 29/09/2025, às 16:34, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2787313** e o código CRC **6AAC0ACD**.

*À lembrança de minha avó, meu maior exemplo de persistência e luta. Minha eterna saudade.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Josemeri, minha melhor amiga e maior inspiração, por estar sempre ao meu lado em todas as etapas da vida, apoiando-me com amor, dedicação e incentivo incondicional na realização de cada sonho e objetivo.

Ao meu companheiro de vida, Felipe Gaioski, pela parceria diária, pela paciência e pelo apoio constante nos momentos de dificuldade e de alegria, sendo um alicerce fundamental nesta trajetória acadêmica e pessoal.

À minha tia, Josiane, por seus ensinamentos, pelo carinho e pela presença significativa em minha formação, que ultrapassa os limites da vida acadêmica.

À minha orientadora, que me acompanha desde a graduação, pela confiança depositada em mim e em meu trabalho, pela orientação cuidadosa, pelo rigor científico e pela sensibilidade no processo de pesquisa e escrita, principalmente no final deste processo, qualidades que foram determinantes para a conclusão desta dissertação.

A todos os professores que fizeram parte do meu percurso acadêmico, compartilhando saberes e contribuindo não apenas para a construção do meu conhecimento científico, mas também para a minha formação crítica e humana.

Aos colegas de mestrado, pelas amizades construídas, pelas trocas de experiências e pelos encontros que tornaram esse caminho mais leve e enriquecedor.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituição que me acolheu e possibilitou uma formação pública, gratuita e de qualidade, reafirmando a importância e a relevância do ensino superior público.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, cujo apoio financeiro foi imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa e para a dedicação necessária à sua execução.

Agradeço imensamente à professora Ione e ao professor Carlos, membros da banca avaliadora, pela leitura atenta, pelas valiosas contribuições e pelo diálogo enriquecedor que muito acrescentaram a este trabalho.

*Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino  
e esquecer a tortura dos versos que me enchem a  
cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu  
não tenho outro remédio senão dar-lhes expansão.  
Está aqui o fruto das minhas ideias.*

*(Carolina Maria de Jesus)*

## RESUMO

Esta dissertação investiga a escrita de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (edição comemorativa de 2020), a fim de compreender como sua produção literária se configura como espaço de resistência, identidade e projeto estético consciente. A problemática que orienta a pesquisa parte da questão: a escrita de Carolina, marcada por grafias não convencionais e pelo chamado *pretuguês*, deve ser compreendida como fruto de limitações escolares ou como escolha estilística e identitária deliberada? Tal reflexão se articula ao debate sobre a representação da variação linguística na literatura e sobre o lugar da mulher negra periférica na tradição literária brasileira. O objetivo geral é analisar a obra de Carolina Maria de Jesus como manifestação literária que transcende a denúncia social, revelando-se como projeto intelectual e estético. Como objetivos específicos, busca-se: (i) levantar pesquisas acadêmicas que discutem sua escrita e identidade; (ii) reconstruir aspectos de sua trajetória de vida, evidenciando a importância da leitura e da escrita desde a infância; (iii) identificar e analisar ocorrências de variação linguística em *Quarto de despejo* (2020), especialmente aquelas associadas ao *pretuguês*, relacionando-as a processos de uma marca estilística. A metodologia adotada combina análise bibliográfica e documental com breve abordagem sociolinguística e literária. Foram mapeadas dissertações e teses entre 2000 e 2023 que discutem a obra da autora, confrontadas com biografias, registros históricos e produções diversas de Carolina. Em termos analíticos, o trabalho recorreu às contribuições da Sociolinguística variacionista e dos estudos de identidade e representação linguística, particularmente os conceitos de Lélia Gonzalez acerca do *pretuguês*. Também foram examinadas passagens da edição de 2020 de *Quarto de despejo*, a qual preserva a grafia original da autora, permitindo recuperar traços de sua expressão autêntica antes apagados por intervenções editoriais. Os resultados apontam que a escrita de Carolina Maria de Jesus não pode ser reduzida ao estigma do “erro”, mas deve ser lida como prática autoral consciente, em que estilo e conteúdo se entrelaçam para construir uma identidade negra e periférica. Sua linguagem, marcada pela oralidade e pela variação linguística, atua como gesto político e estético, desafiando o cânone e legitimando outras formas de existência literária. O estudo também demonstra que sua trajetória de leitora e escritora, desde a infância, foi fundamental para consolidar uma produção diversificada como diários, poesias, romances e peças, reafirmando-a como intelectual que buscava viver da escrita. Conclui-se que a obra de Carolina Maria de Jesus ultrapassa a condição de testemunho da pobreza, constituindo-se como literatura que alia denúncia social e criação estética. Sua escrita, ao inscrever a voz de uma mulher negra periférica no espaço literário brasileiro, rompe silenciamentos históricos e amplia o horizonte crítico da literatura nacional. Assim, a dissertação evidencia a relevância de reconhecer a variação linguística e o *pretuguês* como expressões legítimas de identidade e resistência, reposicionando Carolina Maria de Jesus no campo literário como autora consciente de seu projeto artístico e político.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus; *Quarto de despejo*; pretuguês; variação linguística; identidade; resistência.

## RESUMEN

Esta disertación investiga la escritura de Carolina Maria de Jesus en *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (edición conmemorativa de 2020), con el fin de comprender cómo su producción literaria se configura como un espacio de resistencia, identidad y proyecto estético consciente. La problemática que orienta la investigación parte de la cuestión: ¿la escritura de Carolina, marcada por grafías no convencionales y por el llamado *pretuguês*, debe entenderse como fruto de limitaciones escolares o como una elección estilística e identitaria deliberada? Tal reflexión se articula con el debate sobre la representación de la variación lingüística en la literatura y sobre el lugar de la mujer negra periférica en la tradición literaria brasileña. El objetivo general es analizar la obra de Carolina Maria de Jesus como manifestación literaria que trasciende la denuncia social, revelándose como proyecto intelectual y estético. Entre los objetivos específicos destacan: (i) relevar investigaciones académicas que discuten su escritura e identidad; (ii) reconstruir aspectos de su trayectoria vital, evidenciando la importancia de la lectura y la escritura desde la infancia; (iii) identificar y analizar ocurrencias de variación lingüística en *Quarto de despejo* (2020), especialmente aquellas asociadas al *pretuguês*, relacionándolas con procesos de resistencia y estilo. La metodología adoptada combina análisis bibliográfico y documental con un enfoque sociolingüístico y literario. Se mapearon disertaciones y tesis entre 2000 y 2023 que discuten la obra de la autora, contrastadas con biografías, registros históricos y diversas producciones de Carolina. En términos analíticos, el trabajo recurre a los aportes de la Sociolingüística variacionista y de los estudios de identidad y representación lingüística, particularmente los conceptos de Lélia Gonzalez acerca del *pretuguês*. También se examinaron pasajes de la edición de 2020 de *Quarto de despejo*, la cual preserva la grafía original de la autora, permitiendo recuperar trazos de su expresión auténtica antes borrados por intervenciones editoriales. Los resultados indican que la escritura de Carolina Maria de Jesus no puede reducirse al estigma del “error”, sino que debe leerse como práctica autoral consciente, en la cual estilo y contenido se entrelazan para construir una identidad negra y periférica. Su lenguaje, marcado por la oralidad y la variación lingüística, actúa como gesto político y estético, desafiando el canon y legitimando otras formas de existencia literaria. El estudio también demuestra que su trayectoria como lectora y escritora, desde la infancia, fue fundamental para consolidar una producción diversificada, diarios, poesías, novelas y piezas teatrales, reafirmando como intelectual que buscaba vivir de la escritura. Se concluye que la obra de Carolina Maria de Jesus sobrepasa la condición de testimonio de la pobreza, constituyéndose como literatura que une denuncia social y creación estética. Su escritura, al inscribir la voz de una mujer negra periférica en el espacio literario brasileño, rompe silenciamientos históricos y amplía el horizonte crítico de la literatura nacional. Así, la disertación evidencia la relevancia de reconocer la variación lingüística y el *pretuguês* como expresiones legítimas de identidad y resistencia, reposicionando a Carolina Maria de Jesus en el campo literario como autora consciente de su proyecto artístico y político.

**Palabras clave:** Carolina Maria de Jesus; *Quarto de despejo*; *pretuguês*; variación lingüística; identidad; resistencia.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>DE ONDE EU FALO .....</b>                                                                                          | <b>9</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                               | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS:<br/>ESTUDOS E REFLEXÕES .....</b>                 | <b>17</b> |
| <b>1.1 Levantamento e análise de teses e dissertações.....</b>                                                        | <b>17</b> |
| <b>CAPÍTULO 2 – CAROLINA E A LITERATURA: A VIDA E OS ESCRITOS .....</b>                                               | <b>37</b> |
| <b>2.1 Bitita: retomada à infância: ancestralidade e registros familiares .....</b>                                   | <b>37</b> |
| 2.1.1 Carolina e a leitura: Os primeiros contatos.....                                                                | 41        |
| <b>2.2 Novos caminhos: a chegada em São Paulo e a construção literária.....</b>                                       | <b>46</b> |
| <b>2.3 A entrada de Carolina no cenário literário .....</b>                                                           | <b>48</b> |
| <b>CAPÍTULO 3 – AS CONEXÕES DA LÍNGUA(GEM).....</b>                                                                   | <b>53</b> |
| <b>3.1 As três ondas da Sociolinguística: conceitos e estudos da ciência.....</b>                                     | <b>53</b> |
| <b>3.2 Os caminhos da heterogeneidade: ocorrências de variação linguística<br/>        em Quarto de Despejo .....</b> | <b>58</b> |
| 3.2.1 Alçamento das vogais médias pretônicas .....                                                                    | 62        |
| 3.2.2 Rotacismo .....                                                                                                 | 62        |
| 3.2.3 <s> e <z> .....                                                                                                 | 63        |
| 3.2.4 Variação morfossintática (Concordância verbal) .....                                                            | 64        |
| 3.2.5 O pretuguês de Carolina Maria de Jesus .....                                                                    | 65        |
| 3.3.1 Interseções linguísticas: Preconceito e Racismo .....                                                           | 67        |
| 3.3.2 Voz e corpo: A construção identitária.....                                                                      | 73        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                      | <b>77</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                              | <b>79</b> |

## DE ONDE EU FALO

Ao ingressar no curso de Letras havia muitas incertezas em relação ao que era, de fato, abordado nas disciplinas, já que no percurso do colégio, as aulas de “português” eram limitadas em “decorebas” das nomenclaturas gramaticais. Optei pelo curso de letras devido à minha paixão pela literatura, notadamente pela literatura brasileira. Lembro-me da minibiblioteca que minha avó estava montando no porão de casa com os livros que eram descartados da casa dos patrões. Meu primeiro contato com a leitura foi por esse incentivo, foi pelas horas que passei mexendo nesses livros que minha avó trazia.

No primeiro ano da graduação percebi que o pouco contato que tive com o ensino de língua não condizia com o universo da linguística. Me encantei por todas as ramificações dessa ciência e quis saber mais da Sociolinguística. Minha trajetória desviou-se completamente do esperado, realizei pesquisas com a temática de Variação Linguística e Preconceito Linguístico no âmbito de ensino desde o primeiro ano da graduação, na iniciação científica, pelo PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Meu objetivo no meio acadêmico era partilhar conhecimentos, pesquisas e discussões para um ensino mais igualitário. Já sabia o poder da língua, o poder das palavras e como, às vezes, elas podem ser um fator de exclusão e discriminação àqueles que não possuem o capital linguístico e cultural explorado no ensino normativo.

Em 2022 surgiu em mim o interesse em integrar a literatura às minhas pesquisas, queria pensar na linguística e na literatura como complementares e não como duas áreas distintas, não queria seguir um único caminho, continuava admirando a literatura e as aulas de literatura. Dessa forma, surgiu a minha última pesquisa na iniciação científica e o meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Busquei trazer duas áreas que me identifico, a sociolinguística e a literatura, e, assim, discuti, por meio da investigação sistemática, como se apresenta a variedade linguística em obras literárias e observei a escassez de trabalhos acadêmicos nessa temática.

Contudo, ainda não havia me aventurado a dialogar diretamente com uma obra literária. No mestrado, escolhi, com grande respeito, a escrita de Carolina Maria de Jesus, que na primeira leitura me desmoronou por completo e, como Kafka escreveu

em algum fragmento de carta, quebrou o “*mar de gelo*” dentro de mim. Descobri que uma edição comemorativa havia sido recentemente lançada, preservando a escrita da autora, a qual, muitas vezes, não se encaixa no ideal da escrita formal e da literatura “boa” elevado na sociedade. A partir disso decidi por escolher *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020) como material de estudo, no entanto, com o passar das descobertas sobre a autora, também incluí outras produções e outras obras que encontrei realizadas por Carolina.

Admiro a Carolina desde a primeira leitura, também sei que entre mim e ela há uma lacuna. Nossos lugares de fala são diferentes, já que sou uma mulher branca e Carolina, negra. Durante as disciplinas do mestrado me foram apresentadas várias discussões, principalmente acerca de identidades e pluralidades, agora tenho a percepção, a partir da leitura de Cida Bento, como mulher branca, participante de um pacto narcísico, pacto não verbalizado para que os brancos se mantenham em algum espaço.

Ademais, compreendo, com as reflexões que tivemos nas disciplinas, que na sociedade a cultura branca é dita como a “normal”, não questionada. Então, leio a obra de Carolina com outro olhar, um olhar crítico a mim mesma e ao fazer científico, assumindo os meus privilégios e a minha posição, analisando a escrita e escritos de Carolina, considerando seus fenômenos linguísticos imprescindíveis para a representação dela e da obra, em dimensões não só linguísticas, como também sociais, culturais e políticas.

## INTRODUÇÃO

Com um narrador autodiegético<sup>1</sup>, a obra: *quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020) revela a realidade árdua da convivência diária com a fome, o preconceito e a precariedade. Carolina, uma mulher negra, mãe solo de três filhos, narrava seus dias na favela de Canindé, já imersa no mundo da escrita pela própria vontade de ser escritora, quando cruzou sua vida com Audalio Dantas, repórter que ajudou com a divulgação da obra da autora. A entrada de Carolina no âmbito literário pode-se dizer que foi turbulenta. Segundo Farias (2018), ao mesmo tempo, em que se tornava um *best-seller*, sofria com ataques racistas e com o preconceito linguístico. Presente na biografia de Carolina, elaborada por Tom Farias, destacam-se algumas críticas feitas à escrita da autora. Logo após a escritora proferir em entrevista o desejo de escrever romances, diz uma colunista: “Se por ventura Carolina conseguir, pelo estudo e pelo esforço, o domínio desse meio de expressão, então poderá considerar-se uma escritora no sentido exato da palavra” (Farias, 2018, p. 237), em outra crítica, de um redator, podemos ver nitidamente o preconceito com a forma de escrita da autora e com o local de onde vinha: “[...] divulga-se um livro de anotações diárias, escritas em português errado, de autoria da Sra. Carolina Maria de Jesus, moradora num daqueles ‘mocambos’ ou ‘malocas’ [...]” (Farias, 2018, p. 237).

Essas falas, que vinham muitas vezes de pseudônimos ou anônimos, foram desaprovações que surgiram logo após o lançamento de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, em 1960. Todavia, recentemente, com a publicação de *Casa de alvenaria* (2021), a forma de escrita de Carolina voltou a ser alvo de descontentamento, já que a escolha da edição foi de permanecer com a escrita original da autora. Em uma rede social, a professora titular de UnB, pesquisadora de literatura brasileira, Regina Dalcastagne, escreveu a sua desaprovação com a escolha editorial, segundo ela ao manter a escrita de Carolina, sem as mudanças ortográficas, o texto da escritora de Canindé estaria, nas palavras de Regina “nas margens da literatura brasileira [...]”, com essa crítica ela indica que o texto com desvios ortográficos faria com que a autora Carolina não estivesse à altura de uma obra literária (Nascimento, 2023). Para Nascimento (2023), a objeção da professora Regina

---

<sup>1</sup> “Subtipo do narrador homodiegético, o narrador autodiegético é aquele que “é co-referencial com o protagonista” (1988, p. 762) da narrativa, narrando a sua própria história” (Franco Junior, 2009, p. 41).

Dalcastagné em relação à escolha das editoras só reforça o que a linguística vem tentando defender há décadas: não existe certo e errado na língua, há o que estamos habituados e o que não estamos habituados, uma é vista socialmente como correta enquanto a outra, não. Nos apontamentos do linguista: “Essas avaliações geralmente não são linguísticas, mas ideológicas” (Nascimento, 2023, p. 9338).

A linguagem utilizada por Carolina pode ser compreendida como pretuguês, uma forma de expressão linguística criada a partir da influência africana no Brasil ao longo de séculos. Esse conceito começou a ganhar visibilidade com os estudos de Lélia González, que, ao observar a rejeição a essa forma de falar e escrever, reconheceu-a como uma manifestação do falar afro-brasileiro. Pesquisas, segundo Nascimento (2023), indicam que, após séculos de convivência no território brasileiro, os africanos, especialmente os povos Bantu, deixaram marcas profundas em nosso modo de falar: “[...] formas de léxico (samba, dengo, bunda, cachimbo, maconha, quiabo etc.), sintáticas (eu não vou não, com dupla negação marcada), fonético-fonológicas (a.di.vo.gado ao invés de advogado, com d mudo), entre diversos outros aspectos” (Nascimento, 2023, p. 9338).

Dessa forma, as afirmações negativas direcionadas ao texto de Carolina são apenas tentativas de silenciar sua voz, sua cultura e sua autenticidade, uma vez que sua maneira de falar e escrever reflete suas condições de vida enquanto mulher, negra e periférica. Spivak (2010) auxilia as reflexões acerca da subalternização. Para a autora, “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (Spivak, 2010, p. 85), ou seja, a opressão ocorre de forma múltipla, classe, raça e gênero, dificultando ainda mais a possibilidade de ser ouvida, reconhecida e representada dentro das estruturas de poder dominantes. A obra de Carolina Maria de Jesus, nesse sentido, pode ser lida como uma ruptura parcial dessa lógica, pois sua escrita emerge de um lugar de exclusão e inscreve sua voz no espaço literário brasileiro, ainda que enfrente resistências e apagamentos. Para tanto, fazem-se necessários estudos que discutam a importância de sua voz, de sua escrita e de sua presença.

Neste trabalho, houve um redirecionamento fundamental ao longo de seu desenvolvimento. Inicialmente, o objetivo era investigar a variação linguística a partir da nova edição comemorativa de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020), que trazia a proposta de preservar a escrita e a variedade linguística da autora. Para isso, o ponto de partida seria pelo viés da sociolinguística e da análise das grafias não convencionais. Contudo, com o aprofundamento dos estudos a partir dos conceitos

de pretuguês e identidade, novas pesquisas, eventos e contribuições levaram à necessidade de integrar a seguinte hipótese: a escrita de Carolina Maria de Jesus era consciente e intencional? Seu pretuguês seria uma marcação estilística deliberada? Se não intencional, sua forma linguística poderia ser um fator de marcação de sua subjetividade? Diante dessas questões, optou-se por um novo direcionamento da dissertação, sobretudo com base nas recentes descobertas sobre a autora.

Sabe-se que Carolina possuía um talento quase autodidata. Mesmo com pouco estudo formal, teve contato com diversas obras literárias, apresentava um posicionamento crítico e político sólido e produzia diversos gêneros textuais, tais como poesias, peças teatrais, músicas, provérbios e romances, demonstrando ser detentora de um verdadeiro projeto literário. Além disso, muito de sua escrita foi moldada com o interesse de a transformar em um personagem documental, alteraram significativamente sua expressão linguística original. Ao manter sua escrita tal como foi produzida, essas novas edições reafirmam a potência de sua voz, respeitando não apenas o conteúdo, mas a forma como ela decidiu narrar sua realidade. Assim, o resgate de sua linguagem original permite à crítica literária e à sociedade uma leitura mais fiel do projeto autoral de Carolina, evidenciando que sua escolha linguística está diretamente ligada à sua identidade, à sua vivência e ao seu gesto de autoria. Nesse sentido, a discussão sobre a linguagem de Carolina não deve se restringir à análise do "erro", mas sim se expandir para a compreensão da escrita como instrumento de resistência, autenticidade e construção de uma estética própria. Sua obra, portanto, não apenas denuncia a marginalização social, mas também desafia as normas literárias e linguísticas, abrindo espaço para outras formas de existência e expressão no campo literário brasileiro.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral investigar a escrita de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020), edição que preserva a forma original da autora, discutindo-a como expressão de identidade enquanto mulher negra, sobretudo quando não se enquadra nos padrões gramaticais normativos. Entre os objetivos específicos, destacam-se: realizar um levantamento de trabalhos acadêmicos sobre a autora que dialogam com a proposta desta pesquisa ou que contribuam para a discussão acerca de escrita e identidade; traçar um breve panorama biográfico, ressaltando sua trajetória de vida e suas práticas de leitura e de escrita; e, por fim, indicar e analisar passagens de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020) que evidenciem o pretuguês como marca de identidade e resistência.

Assim, esta dissertação busca compreender como a escrita de Carolina Maria de Jesus se configura não apenas como denúncia social, mas como projeto literário consciente, no qual a língua se afirma como espaço de autoria, identidade e resistência.

Esta dissertação se organiza em três capítulos, que se articulam de maneira complementar, com o intuito de compreender a escrita de Carolina Maria de Jesus como uma possível manifestação literária consciente, marcada por elementos linguísticos próprios, profundamente enraizados em sua trajetória de vida, em seu pertencimento étnico-racial e em sua condição de mulher negra periférica. O Capítulo 1, com o título “*A construção da escrita de Carolina Maria de Jesus: Estudos e reflexões*”, aprofunda a análise da obra principal utilizada nesta pesquisa, com base na edição comemorativa publicada em 2020, que optou por manter a escrita original da autora. A escolha dessa edição é significativa, pois permite o contato com uma forma mais próxima da expressão autêntica de Carolina, respeitando os traços de sua língua(gem) sem as correções ortográficas impostas em versões anteriores. Nesse capítulo, parte-se da hipótese de que sua escrita não é fruto do acaso ou apenas de suas limitações escolares, mas sim de uma prática autoral deliberada, em que estilo e conteúdo se articulam para produzir uma fala possivelmente identitária. São mobilizados, para isso, trabalhos acadêmicos que tiveram acesso aos manuscritos da autora e que apontam para a existência de uma consciência estilística e intelectual em sua produção textual. Mesmo sem o acesso direto aos manuscritos originais<sup>2</sup>, esta dissertação procura, com base na edição de 2020, identificar indícios de uma autoria negra intencional. O capítulo também discute como as intervenções editoriais da primeira publicação de *Quarto de despejo* moldaram a recepção da obra e silenciaram, em certa medida, as marcas linguísticas de Carolina, e como possível recuperação dessas marcas nas edições mais recentes permite reavaliar sua escrita como gesto político, estético e identitário. Assim, o capítulo busca compreender a obra de Carolina não apenas como registro de um cotidiano de exclusão, mas como parte de um projeto literário consciente, que desafia o cânone e reivindica, com sua língua e sua experiência, o direito à autoria e à literatura.

---

<sup>2</sup> Os manuscritos de Carolina Maria de Jesus podem ser encontrados no acervo de escritores mineiros (AEM) da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha – Belo Horizonte – MG – Brasil <https://sites.lettras.ufmg.br/aem/carolina-maria-de-jesus/>

O capítulo 2, intitulado “*Carolina e a literatura: a vida e os escritos*”, dedica-se à análise da trajetória biográfica de Carolina Maria de Jesus, com foco nos acontecimentos mais marcantes de sua infância, adolescência e juventude, bem como em suas primeiras experiências com a leitura e a escrita. A partir de obras como *Diário de Bitita* (1986) e da biografia *Carolina* (2018), de Tom Farias, são discutidas as dimensões da ancestralidade, das violências enfrentadas por Carolina no contexto do pós-abolição, e da construção de sua subjetividade como autora. O capítulo também apresenta os primeiros registros de seu desejo de se tornar escritora, revelando que, muito antes da publicação de *Quarto de despejo*, Carolina já mantinha uma produção textual. Com isso, busca-se destacar que sua obra não se limita ao diário que lhe deu visibilidade, mas sim a um projeto literário mais amplo e consistente. A narrativa de sua vida, reconstituída a partir de suas memórias e registros históricos, permite compreender os sentidos de resistência e de autoria presentes em seus textos, além de evidenciar os modos como sua identidade foi moldada social e culturalmente. É importante ressaltar que a abordagem biográfica utilizada no capítulo parte da compreensão de que a vida de Carolina está profundamente entrelaçada com sua produção literária, ainda que se reconheça os limites e mediações que cercam qualquer leitura biográfica, que pode não ser exata, como a memória de Bitita, que é a base para a narrativa da outra referência utilizada.

Já o capítulo 3, denominado “*As conexões da língua(gem)*”, concentra-se na discussão teórica e metodológica a respeito da variação linguística e da construção da identidade por meio da linguagem, com base na perspectiva da Sociolinguística formal e em novos estudos, acerca do pretuguês. Inicialmente, são apresentadas as três ondas da Sociolinguística, seus principais autores e contribuições para o entendimento da heterogeneidade linguística como fenômeno social e estruturado. Em seguida, o capítulo volta-se para a análise de ocorrências de variação linguística na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020), destacando fenômenos fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, como o alçamento de vogais médias pretônicas, o rotacismo e as trocas entre <s> e <z>. Tais ocorrências, que muitas vezes são lidas como “erros” sob o viés normativo, são aqui comprovados como marcas expressivas de uma identidade linguística própria e legítima. Neste capítulo, discute-se ainda o preconceito linguístico e o racismo linguístico que atravessam a recepção da obra de Carolina, tanto no momento de sua publicação, em 1960, quanto em seus desdobramentos contemporâneos. A linguagem da autora é analisada como

forma de resistência e como meio de afirmar uma existência que desafia os padrões da literatura hegemônica. A noção de pretuguês, desenvolvida por Lélia Gonzalez, é fundamental para essa discussão, uma vez que permite reconhecer a escrita de Carolina como expressão de um falar afro-brasileiro historicamente marginalizado, mas carregado de significado cultural, político e poético. Também são abordadas questões de identidade e representação, mostrando como a linguagem, para além de um código, funciona como prática social, como performance, e como inscrição de um corpo e de uma história.

## **CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: ESTUDOS E REFLEXÕES**

Este capítulo apresenta a análise construída a partir do levantamento de teses e dissertações que se debruçaram sobre a obra e a trajetória de Carolina Maria de Jesus. A partir desse percurso, é possível observar como diferentes pesquisas discutem, sob múltiplos enfoques, sua escrita, sua identidade e seu lugar como autora. O ponto central que orienta esta análise é a hipótese de que há, na escrita de Carolina, intencionalidade e estilo, isto é, uma elaboração consciente que pode se afirmar por meio de marcas linguísticas específicas, entre elas o pretuguês. Nesse sentido, considera-se o projeto literário que sustenta a obra analisada neste trabalho: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020), concebida pela autora em diálogo com sua história de vida. A biografia organizada por Tom Farias contribui nesse percurso ao evidenciar que Carolina já possuía contato com a leitura de outros escritores e cultivava práticas de escrita muito antes da publicação de sua obra mais conhecida.

O capítulo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o levantamento dos trabalhos acadêmicos já realizados sobre a escritora em quadro; em seguida, desenvolve-se a análise crítica das discussões mais relevantes para a problemática desta dissertação. A partir das leituras realizadas, foram selecionados pontos que dialogam com a proposta desta pesquisa e que colaboram para a compreensão da escrita de Carolina Maria de Jesus marca de estilo e identidade.

### **1.1 Levantamento e análise de teses e dissertações**

Esta seção tem como objetivo apresentar o levantamento de dissertações e teses que dialogam com a proposta central desta pesquisa: investigar se a escrita de Carolina Maria de Jesus era fruto de uma elaboração consciente ou não, e se possuía intencionalidade linguística voltada à construção de um estilo próprio. Além do mapeamento das produções acadêmicas pertinentes, esta seção também propõe uma discussão crítica a partir do material coletado, buscando estabelecer conexões teóricas e analíticas que contribuam para o aprofundamento do tema.

Para o levantamento de dissertações e teses, foi adotado o critério de seleção de trabalhos que abordassem a obra de Carolina Maria de Jesus sob a perspectiva

da construção de autoria, da linguagem literária e da intencionalidade estilística para a construção de uma identidade linguística. Foram priorizados trabalhos produzidos entre os anos de 2000 e 2023, selecionados conforme o conteúdo mais pertinente para possíveis discussões neste trabalho e por refletirem uma abordagem mais recente e crítica. Além disso, foram selecionados estudos oriundos, principalmente, de programas de pós-graduação em Letras e áreas afins, por apresentarem maior afinidade metodológica com os objetivos desta dissertação, selecionados a partir do banco de teses e dissertações Capes e *Google acadêmico*. Presente no Quadro 1, encontram-se os textos mais relevantes coletados acerca do objetivo de pesquisa, separados por autor, título, ano, tipo, se se trata de tese ou dissertação, instituição qual o trabalho está vinculado. Foram considerados os textos mais recentes que se encaixam ao tema, mas também, houve a necessidade de importar o texto de Perpétua (2000), por se tratar de uma tese pioneira<sup>3</sup> sobre Carolina Maria de Jesus.

Quadro 1 – Teses e dissertações analisadas

(continua)

| Autor                     | Título                                                                                                                    | Ano  | Tipo | Instituição |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|-------------|
| Elzira Divina Perpétua    | “Traços de Carolina Maria de Jesus: Gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo”                                     | 2000 | Tese | UFMG        |
| Fabiana Rodrigues Carrijo | “Nas fissuras dos cadernos encardidos: processos de subjetivação e a discursividade literária em Carolina Maria de Jesus” | 2013 | Tese | UFU         |
| Aline Alves Arruda        | “Carolina Maria de Jesus [manuscrito]: projeto literário e edição crítica de um romance inédito”                          | 2015 | Tese | UFMG        |

<sup>3</sup> Em vídeo, Elzira Divina Perpétua, doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) declara seu trabalho como pioneiro em pesquisas acerca da autora Carolina Maria de Jesus, disponível em <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/encon-pesquisa/>.

| Autor                              | Título                                                                                                                   | Ano  | Tipo        | Instituição |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------|-------------|
| Lara Gabriella Alves Dos Santos    | “Carolina Maria de Jesus: Análise identitária em Quarto de despejo – Diário de uma favelada”                             | 2015 | Dissertação | UFG         |
| Amanda Crispim Ferreira Valério    | “A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola” | 2020 | Tese        | UEL         |
| Matheus Augusto de Santana Marques | “Um Brasil para os Brasileiros”: o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus                                        | 2023 | Dissertação | UFB         |
| Catiana da Silva Fernandes         | “Todos têm um ideal. O meu é gostar de ler: A formação leitora de Carolina Maria de Jesus”                               | 2023 | Tese        | UERJ        |

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para iniciar as discussões, há o foco na tese pioneira sobre Carolina Maria de Jesus, de Elzira Divina Perpétua (2000), nomeada “*Traços de Carolina Maria de Jesus: Gênese, Tradução e Recepção de Quarto de Despejo*”. Nesse trabalho, há dois capítulos imprescindíveis para a investigação, o capítulo 3, que se trata de uma análise a partir de manuscritos originais da autora em comparação com o que foi publicado, e o capítulo 4, que aborda duas visões sobre a obra e a autora, sob a perceptiva de Audálio e da própria escritora sobre si.

Sobre o capítulo 3, Perpétua (2000) propõe uma pesquisa a partir do acesso aos manuscritos da autora, onde percebe intervenções de Audálio em acréscimos;

substituições; supressões. Essa análise é fundamental para o início da discussão, trata-se de interferências que podem influenciar a escrita e o estilo de escrita da autora. Sobre o aspecto dos manuscritos que Perpétua (2000) teve acesso, destaca-se:

Um dos itens que se nota de imediato é a pontuação caótica da escritora: há ponto final seguido de inicial minúscula, há maiúscula que não se justifica, há carência de vírgulas, mas, quando há, são inapropriadas; o uso de dois pontos é raro; há alguns sinais de exclamação e interrogação nos trechos mais apaixonados; nos diálogos, não há travessão ou parágrafo; também falta pontuar as orações intercaladas, ficando toda a frase num mesmo plano; porém encontra-se o sinal de travessão muitas vezes como marca de início de parágrafo. Exemplo dessa escrita fora das normas ortográficas encontra-se no registro de 19 de maio de 1958: "A Vera disseme: olha mamãe! que mulher bonita! Ela vae no meu carro. É que a minha filha Vera Euniçe diz que vae comprar um carro so para carregar [as] pessoas bonitas. A mulher sorrio E a Vera proseguia, a senhora e chêirosa! percebi que a minha filha sabe bajular." (Perpétua, 2000, p. 167)

A partir disso, Perpétua (2000) indica que há um trabalho inicial da edição de ajustar a estrutura do texto, considerando as convenções ortográficas de pontuação e acentuação gráfica. Referente à acentuação de Carolina, o que a autora chama de, nas palavras dela, "confusa", se pode entender como uma representação da fala oral, uma vez que há a presença de acentuação em aberturas e fechamentos de vogais. Fato é que todas as particularidades da escrita de Carolina, em um primeiro momento, se perderam nas revisões.

Outro ponto fundamental, como já mencionado, foram as operações que Audálio realiza, como acréscimos:

[...] acréscimos lexicais procuram fornecer um esclarecimento semântico ao enunciado, naturalmente necessário quando fora da situação de comunicação, como nos dois trechos a seguir: "Penso: se o Frei Luiz fôsse casado e tivesse filhos e ganhasse salario ai eu queria ver se o Frei Luiz era humilde." (8 de julho de 1958); "Mandeí o João comprar 15 de paes." (4 de agosto de 1959). Outros acréscimos, de ordem sintática, vão interferir no estilo da diarista no que diz respeito ao grau de complexidade das frases. Entre as orações de períodos simples, o editor acrescenta quase sempre um conectivo de coordenação, como em "Amanheceu chovendo. eu fiz cafe. Mandeí o João comprar 15 de paes." (4 de agosto de 1959). (Perpétua, 2000, p. 174)

O trecho revela duas estratégias fundamentais da ação editorial de Audálio Dantas sobre os manuscritos de Carolina Maria de Jesus: acréscimos lexicais e sintáticos. Ambos são formas de "domesticação" do texto, com sentido de tornar o texto mais inteligível e fluido para um público leitor médio, possivelmente distante das formas de escrita popular ou não normatizada. Foi uma forma de introduzir o texto de

Carolina de modo mais aceitável para o público, que mesmo assim viria a criticá-la após sua obra publicada.

Sobre as substituições feitas pelo jornalista, é imprescindível destacar as mudanças que constroem o estereótipo de uma pessoa pouco escolarizada. Carolina tinha um repertório bastante rico em seu vocabulário, moldado pelo próprio consumo de livros, apesar de suas condições de pouco estudo. Segundo os estudos de Perpétua (2000):

Há vários exemplos em que se pode detectar a mesma intenção de tornar mais popular a linguagem de Carolina, dos quais selecionamos alguns bastante significativos:

O José Carlos esta mais calmo depôis que [expeliu] < botou > os vermes, 21 vermes. (11 de junho de 1958) Recordei imediatamente da Lêila porque eu [havia] dito so para ela. (15 de junho de 1958) O que dêixou-me preocupada foi o predio ter 82 andar. Ainda não li que [em] São Paulo [existe] predio tão elevado assim. (4 de julho de 1958) As mulheres estavam comentando que os [notivagós] beberam 14 litros de pinga. (8 de julho de 1958) Ao redór da tórneira, amanheçe chêio de [excrementos] . (11 de julho de 1958). (Perpétua, 2000, p. 177)

As substituições analisadas por Perpétua (2000) revelam um processo ambíguo por parte do editor: ao mesmo tempo em que busca "tornar mais popular" a linguagem de Carolina Maria de Jesus, ele interfere de forma significativa em seu estilo e vocabulário original. Expressões como "expeliu" são trocadas por "botou", "havia dito" por "tinha dito", e "excrementos" por "bosta", evidenciando uma tentativa de aproximar a fala da personagem/autora a uma oralidade popular estereotipada.

Nesse ponto, as substituições não vêm para encaixar a escrita de Carolina à norma-padrão, todavia, impõe uma característica que inferioriza sua escrita para a verossimilhança. Ou seja, uma mulher com pouco estudo, moradora de Canindé, apenas deveria usar determinados recursos linguísticos, que condizem com as classes baixas da sociedade. Essa escolha do editor influencia diretamente no estilo pessoal de escrita da autora.

Outro ponto a ser destacado, segundo Perpétua (2000), são as modificações que mais afetaram o estilo de Carolina, as supressões. Essas exclusões cooperaram como um mecanismo de controle discursivo, com o intuito de moldar o texto e a imagem da autora às expectativas do mercado editorial e do público leitor da época. Elzira apresenta vários trechos em que Carolina expressa sua subjetividade poética, no entanto, esses fragmentos foram subtraídos devido a uma necessidade editorial

de tornar a imagem da autora como uma “favelada simples e não intuitiva”. Tem-se um exemplo a seguir de uma dessas supressões:

[Dêixei o lêito as 5 e mêia. Não fiz café. Fui carregar agua. Dei pão com banana para os meninos saí de casa, as 7 horas. Não estava nervosa. Não tinha versós no cerebro. Estava tranquila. Fitei o espaço com sua côr azulada e as nuvens girando, em direção ao póente. O sol com seus reflexos côr de ouro estava calido, E eu, comecei transpirar. Dei graças a Deus, quando a brisa surgiu para arrefecer um póuco. Fitava as avês que deslisavam no espaço como se fóssem impelida pela viração.] Achei o dia bonito e alegre. Fui catando papel. (Perpétua, 2000, p. 179)

Esse trecho mostra, entre colchetes, o grande corte realizado pela edição em uma comparação entre os manuscritos e a versão publicada. Um corte que talvez tenha sido intencional que, além de suprimir a sequência dos acontecimentos, leva, também, a beleza poética da descrição do dia feito pelo olhar atento e singular da autora (Perpétua, 2000). Para Perpétua (2000):

A única frase publicada da sequência tem o sentido empobrecido se lida isoladamente, porque dela desapareceu a dimensão poética das observações de Carolina. Esse acoplamento inusitado de bem-estar e miséria será uma das imagens mais caras que Quarto de Despejo oferece ao leitor. (Perpétua, 2000, p. 179)

Dessa forma, se faz nítido que houve uma intenção de tornar o texto de Carolina mais documental, uma vez que a parte mais lírica é deixada de lado. Esse recorte editorial contribuiu para o apagamento de outras dimensões de sua produção literária, como sua atuação enquanto poeta, algo que ela mesma almejava antes mesmo de escrever o diário, e que chegou a se concretizar com a publicação de um poema em jornal. A escolha por destacar apenas a escrita do sofrimento atende tanto ao interesse do mercado editorial quanto à curiosidade do público da época, que parecia querer conhecer apenas como se vivia na miséria, ignorando a complexidade e a pluralidade da autora por trás do relato.

Outra lacuna significativa da edição pioneira de *Quarto de Despejo* foi o recorte editorial que suprimiu referências marcantes mencionadas por Carolina Maria de Jesus, como a citação a Sócrates. Esse tipo de ocultamento contribuiu para apagar traços de sua formação intelectual, construída de forma autodidata desde a juventude, por meio da leitura de obras da chamada alta literatura (Perpétua, 2000). Nos manuscritos, Carolina não apenas menciona o pensador grego como também reflete

sobre seu princípio de resolver conflitos por meio da palavra e do diálogo. Essa referência, no entanto, foi cortada na versão final do livro. Com isso, perde-se uma dimensão essencial de sua escrita: a presença de um pensamento filosófico articulado a partir da experiência cotidiana da favela. Como observa Perpétua (2000), esse tipo de corte reforça o estereótipo da autora como simples testemunha da miséria, apagando sua formação humanista e sua capacidade de reflexão. Mesmo quando Carolina retoma a ideia socrática mais adiante, o nome do filósofo é novamente suprimido, o que torna o trecho incoerente e descaracteriza sua intenção original.

Com base nessas análises, é possível concluir que as modificações, tanto de acréscimos e correções e, principalmente de apagamentos, atuaram para a construção de uma identidade de escrita para a autora Carolina Maria de Jesus, que nem sempre corresponde à complexidade de sua autoria. Muitas vezes, como apontado, Carolina foi rebaixada à condição de personagem documental, apagando-se sua dimensão poética, crítica e estética. É nesse ponto que o conceito de escrevivência, elaborado por Conceição Evaristo (2020), mostra-se fundamental para compreender a profundidade e a intencionalidade do gesto autoral de Carolina. A escrevivência não é apenas o relato vivido, todavia a fusão entre experiência vivida e elaboração estética, é uma escrita que nasce da escuta ancestral, da dor histórica e da urgência política. Para Evaristo, trata-se de uma escrita que “não é para ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 54).

A leitura do capítulo 4 da tese de Elzira Perpétua (2000), oferece contribuições fundamentais para a compreensão da multiplicidade estética da escrita de Carolina, especialmente no que se refere à construção de uma identidade autoral e à forma como essa identidade foi recebida e moldada e, em muitos aspectos, limitada por editoras. Perpétua (2000), fundamenta um confronto entre duas versões de Carolina: a que foi projetada por seu editor, Audálio Dantas, e a que emerge de seus próprios manuscritos, principalmente quando esta se posiciona como poeta e intelectual negra consciente de sua produção.

Os manuscritos analisados por Perpétua (2000), revelam uma Carolina com consciência de seu fazer literário. Essas análises evidenciam que suas produções não eram meramente frutos de um acaso, ou de uma oralidade espontânea, mas resultado de um projeto estático e político a si e ao seu entorno. Carolina escreve a partir do

lugar da favela, no entanto, não se limita a ela, ela ressignifica esse espaço e o transforma em arte. Segundo Perpétua (2000):

Desde os primeiros registros, nota-se uma ostensiva necessidade que Carolina tem de definir-se em alguma categoria relacionada à escrita, ante o mundo que se abre com a possibilidade de publicação prometida por Audálio. Na escrita do diário, ela vai traçar, de forma recorrente, sua autoimagem de poeta, ou de poetisa, segundo imagina as qualidades do poeta: engajado politicamente, nacionalista, possuidor de uma missão social, que luta assumidamente ao lado dos fracos e oprimidos. Essa imagem teria sido construída segundo o modelo romântico estabelecido em suas leituras, conforme o exemplo abaixo citado: 1º de junho de 1958: tudo que escrevo aqui não é para engrandecer-me porque eu não tenho vaidade. É que sou poetisa. E o poeta, gosta da sua gente gosta da sua patria. E revoltam quando ve o seu povo infausto E o odio do poeta, recae unicamente no governo. Que se for letargico será criticado. E se for dinamico sera enaltecido. (Perpétua, 2000, p. 248-249)

Esse trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, datado de 1º de junho de 1958, é um ponto para a compreensão da autopercepção autoral da escritora. Nele, Carolina reivindica com clareza seu lugar como poetisa, rompendo com a imagem passiva que muitas vezes lhe foi imposta pela crítica e pela edição de *Quarto de Despejo*. Ela se afirma não como vítima, mas como sujeito ativo da escrita, detentora de uma função social claramente definida. A autora se insere em uma tradição de poetas românticos, que ela provavelmente conheceu por meio de suas leituras autodidatas, como já mencionado neste trabalho, em capítulo anterior.

Ademais, a citação é um destaque revelador, Carolina escreve de forma fluida, com marcas evidentes de sua oralidade e de sua pouca escolaridade, que mistura termos da norma “cult” e não padrão. Assim, a autora possuía um projeto híbrido, no qual a linguagem popular coexistia com seu vocabulário erudito, não por ignorância, mas como uma escolha possível dentro de sua realidade. O desejo desde antes de *Quarto de Despejo*, em ser poetisa não é apenas identitário, é também um ato de posicionamento político e de construção de si mesma como autora.

O seguinte trabalho aqui explorado é intitulado: *Nas fissuras dos cadernos encardidos: processos de subjetivação e a discursividade literária em Carolina Maria de Jesus*, de Carrijo (2013). Carrijo (2013) parte de um ponto fundamental para reforçar as discussões presentes neste trabalho: as formas linguísticas utilizadas pela autora que muitas vezes tentou se enquadrar na norma padrão. Para isso, analisa o que está nomeado como “discursividade rasurada”,

A escrita rasurada é aquela que escreve por sobre. É aquela escrita que evidência por vestígios no dito o processo de aquisição de uma língua. Há indícios da inscrição de uma autora (na escrita), onde ela tenta se corrigir e acaba por desvelar nessa escrita este processo de apropriação de um código linguístico, seja através da hipercorreção, seja através da reescrita (quando a autora volta ao texto e coloca maiúscula onde estava minúscula). (Carrijo, 2013, p. 19)

Essa “rasura”, surge como uma tentativa de corrigir a ortografia, o que pode ser lido como uma tentativa de Carolina em legitimar sua voz e pertencimento no cenário literário. A discursividade rasurada é uma linguagem atravessada por traços de oralidade e hipercorreções.

Para Carrijo (2013), o fenômeno de hipercorreção na escrita de Carolina Maria de Jesus não deve ser entendido como um simples “erro” popular, mas como um desejo de aprimorar sua forma de escrita para formas linguísticas socialmente valorizadas. No entanto, vale ressaltar, que esse desejo não pode ser considerado plenamente consciente, uma vez que, em nossa sociedade, existe uma idealização de um falar e escrever “correto”. Esse processo, como destaca Carrijo (2013), é sustentado em formações imaginárias que os sujeitos constroem sobre si mesmos, sobre os interlocutores e sobre o ideal de língua, ou seja, o falante, ao imaginar como será percebido, tenta reproduzir os traços da linguagem hegemônica.

No caso de Carolina, o que lhe impulsionaria a se corrigir, talvez fosse o desejo cogente de ser escritora, ainda que só detivesse dois anos do antigo primário enquanto subsídio para construir e se tornar, na ordem do devir, uma possível escritora com todos os ônus e os consequentes bônus advindos com e de sua discursividade. Ela fora incitada, ainda, por seu desejo arrebatador de ser aceita em um mundo intitulado “letrado” cuja chancela era ser detentora dos códigos de uma língua padrão, entenda-se, com todos os contornos de uma norma da cultura letrada. Nesse sentido, o que a motivara não era a priori a ascensão social, conquanto depositasse nesta possibilidade de ascensão, todas as suas esperanças de possuir uma casa de alvenaria e sobreviver do produto de sua escrita. De sorte, que a ascensão era apetejada via produto de uma escrita que, de certo modo, daria sua liberdade, sua possível redenção. (Carrijo, 2013, p. 158)

O trecho de Carrijo (2013) revela que as tentativas de correção na escrita de Carolina Maria de Jesus não são simples adequações formais, mas expressam um desejo intenso de tornar-se escritora, apesar das limitações escolares. Esse impulso não se resume à busca por ascensão social, embora essa expectativa existisse, trata-se, sobretudo, de um anseio de legitimação simbólica em um mundo que valoriza a norma culta como critério de pertencimento.

Já a tese de Arruda (2015), nomeada: *Carolina Maria de Jesus: Projeto literário e edição crítica de um romance inédito* é um trabalho essencial para a pesquisa em questão, pois trata-se de uma ênfase no projeto literário idealizado por Carolina, algo já exposto e defendido na proposta desta dissertação, com o uso da biografia escrita por Tom Farias, em capítulo anterior.

Arruda (2015, p. 31), rompe com a ideia de uma autora “ocasional” e testemunhal. Carolina tinha consciência de seu trabalho como literatura, inclusive com a intenção em publicar e viver de sua escrita, assim como visto na tese de Carrijo (2013). Ela não queria apenas escrever diários, mas romances, poemas, provérbios e peças teatrais. A escrita de Carolina, nesse contexto, não é, portanto, apenas um testemunho da vida na favela, mas um descolamento simbólico do cotidiano para um espaço de criação crítica:

É possível perceber nos escritos cotidianos da autora sua força política, denunciadora e, por isso, também performática. Richard Schechner, no ensaio “O que é performance?” insiste na presença da performance em nosso dia a dia, apontando a importância de se delimitar o uso e a função que se quer da palavra para que o conceito não se perca na sua vastidão de significados. De sua longa explanação sobre os tipos e usos da performance, importa-nos em especial o fato de estar ligada à ideia de recuperação atrelada a ações, comportamentos e relacionamentos (Schechner, 2003). O pesquisador trabalha com a noção de comportamentos restaurados para explicar a manifestação performática nos rituais, mas sua ideia nos é apropriada na medida em que trata da possibilidade de deslocar sentidos já habituais para um outro universo inesperado ou inusitado. Para ele, “performances são comportamentos marcados, emoldurados ou acentuados, separados do simples viver”, dessa forma, Carolina é um exemplo perfeito para essa teoria, especialmente por situar sua escrita num espaço “inesperado ou inusitado” (Schechner, 2003, p. 25).

Nesse sentido, Carolina performatiza a si mesma por meio da escrita, sua voz e seu corpo ganham presença no texto, rompendo o silenciamento imposto às mulheres negras e pobres. Mesmo sem seguir a sintaxe culta esperada pelos padrões intelectuais, sua obra impacta e provoca um leitor acostumado a formas hegemônicas, pois revela verdades sociais invisibilizadas. Consequência disso, é a “invasão”, com sua performance de escrita, a “sala de visitas de São Paulo e do mundo” (Arruda, 2015, p. 34-35).

Carolina escrevia porque tinha um “projeto literário”, que envolvia o domínio dos gêneros, temas de denúncia e a busca por leitores com uma construção singular de sua voz literária. Neste trabalho, em capítulo anterior destacou-se algumas poesias

produzidas por Carolina, Arruda (2015), trabalha principalmente com os romances que a autora escreveu:

Os romances inéditos são: Dr. Sílvio, Diário de Martha ou Mulher diabólica, Dr. Fausto, Rita, O escravo e dois romances sem título. Todos eles apresentam características marcantes da escritora e algumas típicas da sua ficção: descrições românticas da natureza no início dos capítulos, personagens semelhantes aos da prosa romântica e folhetinesca do século XIX, enredo linear e maniqueísta, discursos de denúncia social, divisão acentuada entre pobres e ricos. Tais características nos permitem afirmar a semelhança da prosa de Carolina com o melodrama, gênero que remete à expressão popular, e com o romance-folhetim. O melodrama, de origem francesa, surgiu no Brasil no século XIX e permanece em várias formas dramáticas cultivadas ainda hoje no teatro, cinema, literatura e outras artes. A telenovela brasileira, por exemplo, mesmo a atual, é marcada pelo gênero. Sua estética moralizante é a principal característica que Carolina cultiva em sua prosa de ficção. Além desta, há ainda outras marcas, como a luta entre o bem e o mal, o chamado maniqueísmo, que termina com a vitória da virtude sobre a maldade. (Arruda, 2015, p. 80)

Ao utilizar esse modelo, Carolina se insere em uma linhagem literária que, apesar de muitas vezes desvalorizada, estabelece pontes entre a literatura, experiência social e sentimento coletivo. Demonstra o esforço da escritora Carolina em dialogar diretamente com a tradição literária brasileira. Em muitos momentos de sua tese, Arruda (2015), enfatiza o conhecimento prévio da autora, aqui já ressaltado, que consumia muito de leituras clássicas, moldando suas formas de escrita e estilo discursivo.

Em *Pedações da fome*, Carolina explora as divergências sociais. A protagonista, acostumada com a vida em uma classe social elevada, torna-se pobre ao se casar com um golpista e assim, experimenta as dificuldades do lado subalterno. Além disso, é possível ver as discrepâncias entre gêneros, uma vez que homens e mulheres têm padrões de diferenças bem estabelecidos pela sociedade desde aquela época em que escrevia esse romance. Segundo Arruda (2015), as denúncias feitas por Carolina em seu diário também aparecem em seus romances, como no exemplo a seguir:

[...] os pobres entendem de tudo um pouco. Somos felizes porque não escolhemos serviços. Enfrentamos as contingências da vida com seriedade e resignação. Vocês ricos podem escolher profissão, tem meios, podem estudar. Têm possibilidades de transformar o sonho em realidade. (Jesus, 1963, p. 74 *apud* Arruda, 2015, p. 85)

Esse é um exemplo de uma produção muito bem-posicionada, crítica, consciente e política. A autora compreendia perfeitamente os mecanismos de exclusão social e os articulava com clareza em todas ou na maioria de suas produções. Já em *Dr. Silvio*, romance inédito que a estudiosa Aline Arruda (2015) se propõe trazer em seu trabalho, constitui uma das evidências mais irrefutáveis da existência do projeto literário sólido e da intencionalidade autoral de Carolina em seus escritos, esse romance preserva traços da ficção elaborada pela autora, enredos melodramáticos, denúncia social e o retrato das relações familiares diante de opressões e silenciamentos. Isto, confirmando uma escrita não casual ou desordenada, mas construída e pensada. A presença de revisões nos manuscritos, não apenas confirmado por Arruda (2015), como também por Carrijo (2013), mudanças de personagens, alterações de enredo e atenção no percurso do desenvolvimento da narrativa, confirmam uma escrita com planejamento, pensada e consciente (Arruda, 2015).

Na dissertação de Lara Gabriella Alves dos Santos, *Carolina Maria de Jesus: Análise identitária em Quarto de Despejo: Diário de uma favelada (2015)*, observa-se que a escrita de Carolina Maria de Jesus cumpre um papel duplo: é um instrumento de denúncia quanto a forma de constituição de identidade. A autora entende a escrita de Carolina como uma passagem entre o universo marginalizado e o espaço da visibilidade pública, como meio de exposição e resistência (Santos, 2015).

Carolina usava de uma originalidade incomum em sua escritura, mostrando que sua visão de mundo distava da maioria de outras pessoas de sua época. O termo escritura, para Roland Barthes (1974, 1988), está ligado a uma nova maneira de produção da escrita, do ato de escrever, sendo marcada por um conjunto de traços de linguagem por meio dos quais o escritor assume a responsabilidade de sua forma e vincula-se a certa ideologia, além de ser um ato corporal. A noção carrega o emprego de recursos expressivos da linguagem e um grau elevado de inscrição do sujeito na tarefa de escrever, havendo nela sensibilidade, alguma intenção estética e artística, criação, representando nova língua distinta daquela comum, oficial e saturada de que parte muitos escritores conforme os velhos padrões literários, repletos de protocolos, trazendo ainda elementos de terceiros para edificar enredos e palavras. Logo tem valor por si e é intransitiva ao dar destaque ao fazer, ao criar, aos procedimentos de escrever próprios, ao passo que a escrita é transitiva e caracteriza-se por sua rigidez e proximidade às normas comumente aceitas, tendo valor por seu conteúdo. Carolina, portanto, consegue de fato solapar uma hegemonia no campo da cultura, se infiltrando no território da literatura, considerado alta expressão e erudito, que lhe é proibido por sua tripla condição de sujeito subalternizado: mulher, negra e pobre. Utilizando o recurso de um discurso do “eu”, individual e individualista, a escritora se transforma em um “eu” social para, dessa forma, tecer uma crítica contundente à realidade da favela onde vivia. (Santos, 2015, p. 33-34)

Portanto, ao empregar uma linguagem própria, carregada de subjetividade e de um discurso de denúncia em primeira pessoa, ela transforma seu “eu” individual em um “eu” social, ampliando o alcance de sua voz. Dessa forma, como observa a dissertação, a autora rompe com a hegemonia literária e ocupa um espaço que, historicamente, lhe foi negado, inscrevendo sua escritura como gesto estético, político e existencial. Da análise das múltiplas identidades de Carolina realizada por Santos (2015), vale ressaltar a identidade escritora/poeta. Santos (2015), em seus levantamentos, fundamenta que Carolina entendia-se muito bem como escritora, inclusive se diferenciando de seus vizinhos, que ela considerava incultos ou não inteligentes.

[...] a identidade autoral de Carolina se delineava com relação aos fatos de ser negra, ser mãe, ser mulher, ser favelada e ser poeta. Todos esses papéis, [...], são pontos de conexão internos que dão característica densa à sua escritura, seu discurso forte, onde Carolina interioriza atribuições sociais predicadas pelos papéis e modificam-nas de acordo com seus interesses particulares na articulação de diferentes personagens. (Santos, 2015, p. 84)

A ressignificação na narrativa de Carolina, transforma condições impostas em elementos de construção de subjetividade e força discursiva. Se pode afirmar que Carolina, ao se autodeclarar leitora, escritora e poetisa, tem consciência de sua diferença ao assumir esse papel para si. Para Santos (2015):

Reproduzindo uma concepção de cultura elitista, dizia que os moradores do lugar eram incultos e que não poderiam, por isso, compreender o que dizia. E, em seguida, alertava: “Vou escrever um livro referente à favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2005, p. 17). Como sujeito individual, como singular, a ação de Carolina sobre sua identidade é mediada pela capacidade e compreensão de captar o mundo, não apenas de forma descritiva, mas como afirma Ciampa (2005, p. 139), buscar a “compreensão, captar os significados implícitos”. (Santos, 2015, p. 84)

Com esse trecho, se pode afirmar uma certa consciência, como já mencionado anteriormente, e, dessa forma, é percebível a intencionalidade tanto em marcar sua identidade, ao se afirmar diferente dos demais, tanto em seu objetivo com a escrita e discursividade.

Agora, o trabalho/tese intitulado *A poesia de Carolina Maria de Jesus: um*

*estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola*, de Amanda Crispim Ferreira Valério (2020), vem reforçando a importância de considerar todo o acervo literário produzido por Carolina, inclusive critica as produções científicas que não o considera. Valério (2020) propõe estudar a poesia de Carolina para além da imagem de “favelada que escreve”, define o conceito de poesia quilombola como espaço de resistência, liberdade e subjetividade negra.

Como já foi mencionado anteriormente, Carolina desde o início manifestava o desejo em ser poeta, era o seu objetivo. Inclusive, frequentava redações de jornais com seus escritos em busca de publicá-los, conseguindo um destaque na antiga Folha da manhã, em 1940. Fato é que a escritora nunca foi conhecida por suas outras produções, para além do diário famoso. Valério (2020) lamenta a pouca valorização do material da autora

[...] além de questionar o pensamento de que Carolina não era escritora, era a necessidade de contestar a ideia de que Carolina não produziu uma poética negra. Identificamos a existência desse entendimento ao pesquisarmos sobre a obra de Carolina entre os materiais disponíveis sobre poesia negra e percebermos a ausência da discussão sobre a poética da escritora. Materiais de referência, como o livro *O negro escrito* (1987), de Oswaldo de Camargo, que, inclusive, conheceu Carolina, ou *Introdução à literatura negra* (1988), de Zilá Bernd, ou *Poesia negra no Modernismo brasileiro* (2003), de Benedita Gouveia Damasceno, ou ainda *Literatura negro-brasileira* (2010), de Luiz da Silva Cuti, ao apresentarem os escritores negros da década de 1960, ignoram a produção de Carolina. A poeta só começa a aparecer em antologias de escritores negros a partir de 2006, em *Literatura afro-brasileira*, organizada por Florentina Souza e Maria Nazaré Lima, e em 2011, em *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, organizada por Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca. Entretanto, a discussão apresentada nessas obras ainda pouco evidencia sua produção poética. (Valério, 2020, p. 118)

O trecho faz parte de uma das premissas centrais de Valério (2020): a invisibilidade da poesia produzida por Carolina Maria de Jesus dentro do próprio campo da literatura negra. Portanto, embora a autora tenha uma produção significativa de poemas, ela foi apagada ou ignorada em estudos sobre a poesia negra no Brasil. A barreira enfrentada por Carolina, segundo Valério (2020), não era apenas a pobreza ou a falta de escolarização, mas sobretudo o fato de ser uma mulher e ser negra. Carolina, ao se afirmar como poetisa, passa também a se reconhecer como poetisa negra, uma identidade que vai além da cor da pele e se manifesta na própria escrita.

Uma parte imprescindível em destacar neste trabalho, que Valério (2020) também menciona, é o pretuguês da autora como marca de seu estilo literário. A

pesquisadora indica que o “erro na língua” é na realidade uma marca identitária e literária que revela uma herança linguística africana que resistiu ao apagamento colonial. A linguagem de Carolina, composta por oralidade, de ausências do “r” nos infinitivos, trocas de “l” pelo “r” e expressões populares pode ser tratada com forma legítima de escrita poética. Dessa forma, o modo de escrever não deve ser modificado, corrigido ou domesticado, como também foi mencionado por outros trabalhos aqui levantados. A escrita de Carolina Maria de Jesus é, portanto, uma oralidade presentificada, como considera Evaristo, uma escrita negra, viva, que fala com a própria comunidade e não apenas com os leitores brancos ou acadêmicos. Ao pontuar o uso do pretuguês, Valério (2020) afirma a poética negra de Carolina, contentando visões que tentam invalidar sua obra, baseando-se em desvios da norma culta (Valério, 2020).

Para Valério (2020) a autora Carolina gostaria de falar sobre tudo, mas não era devidamente ouvida por conta de sua dupla subalternidade de mulher e de negra:

apesar de impedida de diversas maneiras de se posicionar, ela resiste, rompe com o silêncio instituído e reivindica o direito à voz, reivindica a própria vida (RIBEIRO, 2017a, p. 43). Em outras palavras, a mulher negra fala, e fala muito, mas não é ouvida. Carolina, por exemplo, escreveu por, pelo menos, 20 anos, antes do encontro com Audálio Dantas, em 1958. Nesse tempo, procurou redações, de diversos jornais, para apresentar aos jornalistas seus poemas. Também enviou seus manuscritos a editoras, inclusive internacionais, na esperança de ser publicada. Todavia, foi necessário que um homem branco dissesse que era relevante o que ela tinha para falar, para que ela pudesse ser ouvida, legitimada: **8 de maio de 1960 [...] pensei no repórter, o homem que emparelhouse comigo na hora mais crítica da minha vida. Agora eu falo eu sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela.** (JESUS, 1961, p. 17) Entretanto, essa fala ainda não era a que Carolina almejava. Ela queria ser poetisa, mas o que lhe foi “permitido” era ser diarista, era denunciar as mazelas da sociedade, nada além disso. (Valério, 2020, p. 183-184, grifo nosso)

O grifo acentua a condicionalidade do reconhecimento, que não se deu por mérito de sua trajetória ou produção, mas por mediação de um sujeito que ocupava um lugar social legitimado. Carolina conquista o espaço da escuta pública, no entanto, não da plena autoria, seu discurso é mediado, direcionado, filtrado, modificado.

A dissertação de Matheus Augusto de Santana Marques (2023), *Um Brasil para os brasileiros: o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus*, contribui de forma expressiva para a compreensão da autoria de Carolina Maria de Jesus como resultado de um projeto intelectual complexo, deliberado e esteticamente construído. O autor

defende que Carolina deve ser compreendida não apenas como uma escritora espontânea, todavia como uma “intelectual escreviente”, cuja obra formula uma visão de país e uma crítica estrutural à sociedade brasileira. Nesse sentido, sua literatura configura-se como espaço de elaboração simbólica da experiência, da denúncia e da utopia e, sobretudo, como prática de resistência articulada à condição de mulher negra, pobre e favelada. Essa abordagem desloca Carolina da posição de objeto exótico ou documental para o lugar de sujeito pensante da cultura brasileira, em sintonia com as discussões contemporâneas sobre autoria negra (Marques, 2023).

Ao destacar as múltiplas formas da escrita de Carolina, Marques (2023) aponta para a centralidade da linguagem em seu projeto literário, assim como a tese anteriormente aqui levantada. A escritora utiliza-se da oralidade, de provérbios, de expressões populares e de estruturas não normativas da língua portuguesa para construir uma identidade própria, marcada pela poética e pelo tom moralizante e político. Tais escolhas estilísticas não são simples traços da informalidade, constituem como formas de ruptura com a norma culta que sustenta o cânone literário tradicional. A variação linguística, nesse contexto, torna-se estratégia estética e política, pois desestabiliza os padrões linguísticos legitimados e afirma uma outra racionalidade, enraizada na experiência do povo. Dessa forma, a obra de Carolina Maria de Jesus reafirma o poder da linguagem enquanto instrumento de crítica e de sobrevivência.”.

A crítica proposta por Marques (2023) também recai sobre os mecanismos de exclusão simbólica de Carolina Maria de Jesus a um lugar inferiorizado e muito bem construído para a proposta documental que moldou todo o texto conhecido da autora. Ao analisar o episódio em que a autora é fotografada na porta da Academia Paulista de Letras com seu saco de papel, símbolo do trabalho de catadora e de sua precariedade, o autor expõe a força simbólica da exclusão das mulheres negras dos espaços institucionais do saber. A imagem, ao mesmo tempo em que reforça o estereótipo da “escritora improvável”, também denuncia as barreiras impostas pelo cânone, que historicamente silencia vozes subalternizadas. A recusa do sistema literário em reconhecer Carolina como intelectual revela a face estrutural do epistemicídio<sup>4</sup>, cuja lógica opera pela negação da autoria negra, especialmente quando está se apresenta fora das convenções formais (Marques, 2023).

Vale ressaltar, também, a consciência intelectual construída desde a infância,

---

<sup>4</sup> “[...] apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (Ribeiro, 2019)

destacada na dissertação de Marques (2023) e neste trabalho também mencionado. Carolina tinha um avô no qual se inspirava fortemente, considerado o “Sócrates africano”, abordado pela autora também em *Bitita* (1986). Segundo Marques (2023):

É possível perceber que as narrativas do avô sobre o pós-abolição influenciaram o projeto de país sonhado por Carolina de Jesus. Como já foi explicado, a intelectual se nomeava como poeta-fidalga. A nobreza, como está explícito no trecho acima, vem da cultura e da linhagem sábia, como ela experimentava com um avô-sábio, que ensinava aos netos a organização do mundo. Pelos ensinamentos do Sócrates africano, o fim da escravidão, após quase “400 anos de sofrimento” (p. 57), não foi o fim das agruras: os negros não foram amparados no processo abolicionista, sendo impedidos de acessar as terras de onde poderiam tirar o seu sustento, relegados às beiras de estradas, impedidos também de estudar. A diáspora brasileira é registrada na interpretação da escritora, que, aos cinco anos, não conseguia compreender as divergências provocadas pelo racismo: O vovô nos olhava com carinho. “Deus os protegeu auxiliando-os a não nascer na época da escravidão.” Os negros libertos não podiam ficar no mesmo local. Deveriam sair de suas cidades. Uns iam para o Estado do Rio, outros para o Estado de Minas, 116 de Goiás, para ficar livres dos xingatórios dos ex-sinhôs, e repetiam as palavras de Castro Alves: “O negro é livre quando morre.” [...] Eu pensava: “Meu Deus! Quem foi que começou esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem o direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras, foram eles que invadiram as terras dos negros.” Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava saturada com as minhas perguntas. (JESUS, 2014, p. 58). O letramento racial nasce dos ensinamentos históricos, filosóficos e morais simbolizados principalmente no avô. (Marques, 2023, p. 115-116)

A partir disso, também se pode considerar um ponto importante para afirmar uma escrita pensada. A figura do avô atua como mediador entre passado e presente, fornecendo à neta uma visão moral e histórica que ilustram sua visão de mundo. Ela não escreve apenas para registrar o cotidiano, mas também para denunciar, reinterpretar e propor. Sua literatura nasce desse solo de saberes populares e ancestrais, e sua voz autoral é marcada pela consciência de que escrever é também um gesto político.

A formação leitora de Carolina Maria de Jesus é reconstituída pela tese de Fernandes (2023), o último trabalho aqui abordado, que identifica três dimensões centrais em seu percurso: a oralidade, a escolarização e o autodidatismo. Esses elementos, articulados, revelam um processo de constituição leitora que ultrapassa os limites da educação formal e se inscreve como resistência de uma mulher negra em meio às restrições impostas por raça, gênero e classe social. No que diz respeito à oralidade, Fernandes (2023) observa que este foi um espaço privilegiado de circulação de saberes, memórias e narrativas, sobretudo no contexto do pós-abolição. Como enfatiza a autora, a tradição oral foi determinante para a formação leitora de

Carolina Maria de Jesus, pois nela se encontravam as histórias, os provérbios e os modos de narrar que compunham sua infância. Essa dimensão da oralidade não apenas marcou sua formação como leitora, mas foi ressignificada em sua obra, transformando-se em recurso literário e político (Fernandes, 2023). Para Fernandes (2023):

Antes de ser alfabetizada e ter contato com os livros de História presentes na educação formal, Bitita obteve conhecimentos de fatos históricos através de conversas e histórias contadas. Além da escravidão, tomou conhecimento sobre Colonização, Tiradentes e a Guerra do Paraguai, como consta a seguir: Eu ouvia apenas os rumores que os portugueses haviam lutado desesperadamente para ser os donos destas terras (Jesus, 1986, p. 50). Se um negro mencionasse o nome de Tiradentes, era chicoteado, ia para o palanque para servir de exemplo. Para os portugueses o Tiradentes-era o secretário do diabo. Para os negros, ele era o ministro de Deus (Jesus, 1986, p. 59). Tinha hora que eu tinha um medo do mundo! Era quando ouvia os homens falarem nas dificuldades que há para um homem encontrar trabalho. O mundo não é um paraíso para o homem. A guerra do Paraguai foi trágica, os homens matavam-se com canhões e bombas dinamites (Jesus, 1986, p. 23). O povo falando da revolução disse que houve muitos roubos nas grandes cidades, que as famílias amedrontadas deixavam as suas casas, e os ladrões aproveitavam a ausência dos donos (Jesus, 1986, p. 37-38). (Fernandes, 2023, p. 124)

A citação apresentada revela que a formação leitora de Carolina Maria de Jesus não se restringiu a uma dimensão estética ou escolar, mas se constituiu também como processo de construção de consciência histórica e social, que seria exposta em seu diário *best seller* em diversos momentos críticos. Ao ouvir relatos sobre escravidão, Tiradentes, guerras e revoluções, Carolina não apenas absorveu informações, mas elaborou uma visão crítica do mundo marcada pela desigualdade e pela violência. Como observa Fernandes (2023), essa experiência demonstra que a oralidade, longe de ser apenas transmissão de histórias, funcionava como espaço de educação política, possibilitando que sujeitos negros, mesmo em contextos de marginalização, se apropriassem de narrativas interditas pelo discurso oficial.

A escolarização, embora breve, representou um marco importante em sua trajetória. Carolina frequentou a escola primária apenas até o segundo ano, no Colégio Allan Kardec, em Sacramento (MG). Apesar da evasão escolar precoce, Fernandes (2023) enfatiza que esse percurso não foi capaz de extinguir sua relação com o universo letrado: Carolina frequentou a escola formal por apenas dois anos, mas se manteve ligada ao universo letrado pela força de sua curiosidade. Ainda de acordo com a autora, a resistência às limitações impostas à escolarização feminina e negra

da época foi um elemento constitutivo de sua experiência leitora, evidenciando que a curta vivência escolar não impediu que ela desenvolvesse práticas autônomas de leitura (Fernandes, 2023).

O autodidatismo se apresenta como dimensão estruturante de sua constituição como leitora. Sem acesso contínuo à escola, Carolina construiu sua formação a partir da leitura de livros encontrados no lixo, doados ou emprestados. Fernandes (2023) interpreta essa busca como uma ação de resistência diante das restrições impostas a mulheres negras e pobres, uma vez que, por meio da leitura, Carolina produziu conhecimento e consolidou-se como intelectual. A autora acrescenta que sua escrita, ao mesmo tempo literária e documental, revela a força de uma formação construída à margem das instituições (Fernandes, 2023).

Além disso, a tese demonstra que a formação leitora de Carolina Maria de Jesus se deu em um processo de educação pelo livro, em que o contato com textos bíblicos, jornais, romances populares e clássicos da literatura brasileira foi fundamental (Fernandes, 2023). Essa pluralidade de leituras, muitas vezes obtidas em condições precárias, foi determinante para a constituição de uma intelectualidade autônoma e crítica.

Por fim, Fernandes (2023) conclui que a escrita de Carolina deve ser entendida como um ato de resistência, pois desafia a ordem do discurso oficial ao inscrever no espaço público as experiências da favela, a fome, a violência e a luta cotidiana pela sobrevivência. Nesse sentido, a autora afirma que a representação da vida na favela, com suas dores e estratégias de sobrevivência, constitui um gesto de autoria negra e de intervenção social (Fernandes, 2023). A tese de Fernandes (2023) contribui para a discussão deste trabalho por afirmar evidências intelectuais de Carolina Maria de Jesus, assim como outros trabalhos aqui analisados, não havendo necessidade de mais aprofundamento, os apontamentos acerca de oralidade, escolarização e autodidatismo comprova que a autora não foi um acaso ou uma escritora meramente documental, suas vivências, apesar dos empecilhos em sua vida, corroboram para sua formação como leitora/escritora, o que pode indicar suas intenções de escrita.

Assim, o estudo evidencia que a trajetória leitora de Carolina Maria de Jesus não pode ser analisada apenas a partir da perspectiva da escolarização formal, mas sim como uma construção que envolveu práticas culturais diversas e que se transformou em escrita de si, testemunho e resistência. Ao articular oralidade, escolarização e autodidatismo, a escritora mineira consolidou uma experiência leitora

singular, que ecoa como referência na formação de outras mulheres negras brasileiras.

O levantamento das pesquisas anteriores possibilitou observar como a escrita de Carolina Maria de Jesus vem sendo analisada a partir de diferentes perspectivas: sua dimensão documental e estética, a relação com a oralidade, a condição de mulher negra na favela, a autoria, a resistência e o impacto social de sua obra. Ao reunir esses estudos, torna-se evidente que Carolina ultrapassa o lugar de mera “personagem do social” para afirmar-se como intelectual e escritora negra, cuja trajetória evidencia a potência do letramento não escolarizado e a força política da palavra. Dessa forma, este capítulo cumpriu o objetivo de mapear e discutir sobre a autora, situando o presente trabalho dentro desse campo de investigação. Tal percurso demonstra que ainda é necessário aprofundar a análise da linguagem de Carolina Maria de Jesus, especialmente no que se refere à sua escrita como marca de autoria e resistência negra. É nesse horizonte que se insere a presente dissertação, que busca compreender de que modo a representação da variação linguística em sua obra, aliada à oralidade, ao autodidatismo e ao contexto de exclusão social, constitui não apenas um projeto literário singular, mas também um gesto de afirmação política e identitária.

## CAPÍTULO 2 – CAROLINA E A LITERATURA: A VIDA E OS ESCRITOS

A autora Carolina Maria de Jesus se destaca no cenário literário nacional e internacional assim que se torna conhecida. O sucesso *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* a transformou um símbolo de resistência e representação das vozes periféricas. Este capítulo irá delinear um panorama abrangente acerca de sua história de vida e suas produções literárias, explorando desde suas origens, ancestralidade e experiências de vida, até seu reconhecimento como escritora e sua entrada ao âmbito literário.

As primeiras sessões se dedicarão à infância, família e ancestralidade de Carolina, fatores imprescindíveis para a construção identitária da autora e sua percepção crítica do mundo. Em sequência, será explorado o percurso de Carolina nos primeiros contatos com a escola e a leitura, momentos transformadores na vida da autora apesar das condições precárias em que viveu. Já nas próximas sessões, serão evidenciados os desafios da autora ao se inserir no meio literário. Vale ressaltar que a história de vida da autora é fundamental neste trabalho, pois, apesar da memória e da escrita da biografia não ser exatamente comprovada, há indícios que provam um percurso de vida atravessada pela escrita e leitura, mesmo com tantas limitações.

### 2.1 Bitita: retomada à infância: ancestralidade e registros familiares

Esta seção terá como tema a ancestralidade e a infância de Carolina Maria de Jesus. Para tanto, uma base para a investigação será: *Diário de Bitita* (1986), obra póstuma autobiográfica na qual a autora disserta sua visão inocente frente ao racismo e a luta diária com a pobreza, sua infância e adolescência, em um Brasil de pós-abolição. Antes de adentrar ao percurso de vida da autora, considerando o propósito do trabalho de valorizar a originalidade de escrita de Carolina, vale ressaltar que a obra foi publicada primordialmente na Europa e, em decorrência de traduções para o português e correções ortográficas, é percebível um diferencial, ou seja, há nessa obra uma perda das especificidades de sua escrita (Miranda, 2019). Outra base importante para essa sessão será a biografia: *Carolina* (2018), elaborada por Tom Farias, biógrafo de Carolina, sua produção é a pesquisa mais abrangente atualmente

sobre a autora.

No ano de 1914, em Sacramento, município de Minas Gerais, nascia Carolina Maria de Jesus, fruto de um relacionamento não convencional para a época, entre João Cândido e Maria Carolina de Jesus, mais conhecida como Dona Cota. Pelo que se sabe, ao menos não há registros de Carolina, a autora não conheceu seu pai. Indícios disso podem ser observados em seu diário póstumo (Farias, 2018):

Eu invejava a minha mãe por ter conhecido pai e mãe. Várias vezes pensei interrogá-la para saber quem era o meu pai. Mas faltou-me coragem. Achei que era atrevimento da minha parte. Para mim, as pessoas mais importantes eram a minha mãe e o meu avô. Ouvia as velhas dizer que as crianças têm que obedecer aos pais e respeitá-los. Um dia, ouvi da minha mãe que o meu pai era de Araxá, e o seu nome era João Cândido Veloso. E o nome de minha avó era Joana Veloso. Que o meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair. Cheguei à conclusão que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo. (Jesus, 1986, p. 9)

Isto posto, baseando-se, também, na biografia de Tom Farias (2018), pode-se dizer que o pai de Carolina era considerado um “poeta boêmio”, que encantava mulheres por meio de suas cantorias e versos. Já Dona Cota, era predestinada a ser uma mãe solo, assim como sua filha viria a ser futuramente, já que os pais de seus filhos nunca cumpriram o papel paterno. Segundo Farias (2018), o primeiro casamento de Dona Cota foi com Osório Pereira, que se casou apenas para fugir de uma “tutoria”<sup>5</sup>. Dona Cota engravidou de Carolina ainda casada com Osório e o pai de Carolina “desapareceu do mundo”. A mãe de Carolina criou os filhos sozinha, trabalhando como doméstica para sustentá-los sem ajuda de outros. Naquela época, início do século XX, boa parte das pessoas negras do Triângulo Mineiro passaram de trabalhadores do campo para o trabalho doméstico em casas de famílias mais abastardas socialmente na região urbana. Cota ainda morava no terreno de seu pai, com os filhos junto aos seus irmãos e madrasta. Sem uma figura paterna, Carolina

---

<sup>5</sup> “Adotar” ou “criar” negrinhos era uma prática generalizada, um verdadeiro e rotineiro costume das famílias endinheiradas. Era, a bem da verdade, também um ressentimento do período da escravidão mineira, na forma de “tutoria” de crianças, levando-as para suas casas, com a aquiescência dos pais (caso os tivessem), que se livravam, na prática, de mais uma boca para dar de comer. Mas, no fundo, nas casas dos ditos “tutores” ou “pais” adotivos, elas e eles não iam viver como membros de uma família ou como parentes, e, sim, como empregados domésticos e mesmo embrutecidos serviçais, sem salário no fim do mês ou quaisquer tipos de mordomias, carinho e cama confortável, e, pior de tudo, sem acesso à educação” (Farias, 2018, p. 19).

nutriu forte admiração pelo avô, Benedicto José da Silva, o qual lhe deu o apelido de Bitita<sup>6</sup>, como era conhecida por toda a sua família (Farias, 2018).

A admiração de Bitita reflete em várias passagens em sua revisita à infância, a exemplo de uma descrição do avô que, segundo ela, “foi o preto mais bonito”. Todavia, não apenas a beleza do avô ganhava a atenção de Carolina, a inteligência também era fator de apreciação pela jovem Bitita. Para Bitita, mesmo o avô sendo um homem analfabeto, ele era possuidor de muito conhecimento sobre a vida, o que era admirado, também, por outras pessoas ao redor. Benedicto era conhecido como “o Sócrates Africano”, em referência à sua inteligência e sabedoria, apelido dado pelo então prefeito, José Afonso de Almeida, um grande amigo do avô de Bitita, que lamentava constantemente a falta de acesso à educação que poderia, de alguma maneira, acentuar os conhecimentos de Benedicto (Jesus, 1986). Carolina diz em seu diário que o avô sentia, nas palavras dela: “desgosto porque os seus filhos não aprenderam a ler” (Jesus, 1986, p. 53), fato é que na época na qual estavam, as oportunidades de estudo para as pessoas negras eram mínimas e Benedicto tinha total consciência disso, dizia que não foi por “relaxo” ou desinteresse, como recorda Carolina. Ademais, Carolina reforça que o avô aconselhava os netos a estudar e sabia a importância e diferença que fazia o aprendizado, dizia: “[...] - Quando vocês entrarem nas escolas, estudem com devoção e esforcem-se para aprender.” (Jesus, 1986, p. 53), a autora entendia os incentivos do avô como um ato de carinho e talvez, a partir disso, construiu sua vontade de aprender, mesmo com tantas limitações, o que a fez tão sábia quanto seu honrado avô. Considerando as investigações de Farias (2018), o avô de Carolina levava ainda o árduo sobrenome do seu antigo senhor, o qual lhe deu uma carta de alforria após ser salvo de uma cobra pelo então escravizado. Tinha origem africana como menciona Carolina em uma passagem sobre o avô: “O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos.” (Jesus, 1986, p. 103).

Bitita sempre foi curiosa, “atormetava” todos ao redor querendo sempre saber mais sobre tudo. A curiosidade e a inquietude da garota irritavam seus familiares e

---

<sup>6</sup> “[...] palavra originária do termo feminino “mbita”, da língua xichangana, falada em Moçambique, ou “bita”, em corruptela, que significa “panela de barro”, induzindo a pensar que, como atesta o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa, o “diminutivo feminino singular desse termo gera a palavra “bitita”. Logo, “bitita” (apelido de infância da escritora) é, portanto, designativo de algo vindo do barro, cuja cor é ocre ou preta” (Farias, 2018).

por várias vezes Cota a repreendia e lhe batia, a única pessoa que conseguia parar as indagações de Bitita era o avô, como já dito, era com o avô o seu refúgio. Para trabalhar, Dona Cota deixava as crianças sob a supervisão de Siá Maruca, a avó de Carolina. No entanto, por conta dos choros constantes e a agitação da criança Bitita, a avó teve a atitude impensável de oferecer cachaça a criança, o que gerou graves consequências. Ao ter sua filha inconsciente quando chegou do trabalho, Dona Cota recorre aos cuidados de Eurípedes Barsanulfo. Não era médico de formação, todavia, atendia pessoas carentes e era espírita (Farias, 2018). Naquela consulta, Dona Cota ainda indagou sobre as fortes dores de cabeça da filha e os choros constantes, e teve como resposta que Carolina “não tinha espaço suficiente para alojar os miolos” (Jesus, 1986, p. 65) e, sendo assim, era preordenada a “adorar tudo que é belo”, pois segundo o então “médico”, Carolina é poetisa (Jesus, 1986).

Quando a mãe de Carolina retorna ao trabalho, já não pode mais confiar em deixar a filha com qualquer pessoa e precisa levá-la consigo. Foi durante o trabalho na casa da família do senhor José Saturnino e de sua esposa, dona Mariquinha, que Bitita teria a oportunidade de estar, a primeira de sua família, em um ambiente escolar:

Por ela não dar sossego a ninguém, dona Mariquinha, filantrópica, teve a ideia de matricular a menina no Colégio Allan Kardec, não por acaso o melhor existente na região, fundado pelo abnegado e já saudoso Dr. Eurípedes Barsanulfo. Cota, a princípio, resistiu. Mas por insistência da senhora, branca e impositiva, aceitou o agrado. Foi daí que Bitita volta a ter contato com o nome daquele que a atendeu quando desacordada em função da ingestão de álcool. (Farias, 2018, p. 45)

Dito isto, Bitita teria seu primeiro dia de aula em uma escola mista, algo incomum para a época, quando predominavam escolas particulares ou residenciais. Diferente de muitas instituições educacionais, essa escola reunia estudantes de diversas origens: pobres e ricos, pretos e brancos, crianças e adolescentes. No entanto, a primeira impressão de Bitita não foi positiva, pois foi nesse ambiente em que ela enfrentou suas primeiras experiências com racismo e preconceito (Farias, 2018):

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei: — Que negrinha feia! Ninguém quer ser feio. (Jesus, 1986, p. 111)

Esse trecho evidencia o primeiro impacto do racismo na vivência escolar de

Carolina Maria de Jesus, a expressão de violência verbal utilizada pelos colegas de escola afetou tão profundamente a autora que influenciou a autoestima e a vontade de permanecer naquele ambiente, e a fez lembrar daquele primeiro momento até o fim de sua vida.

### 2.1.1 Carolina e a leitura: Os primeiros contatos

O desempenho de Bitita/Carolina na escola não foi satisfatório no início, já que ela precisava se adaptar a inúmeras regras com as quais não estava acostumada. Além disso, na época, era comum o uso de práticas punitivas, como o uso de palmatórias e reguadas, o que tornava a experiência educacional ainda mais desafiadora para uma criança cheia de curiosidade, como era Carolina. Os desafios eram tantos que a professora teve a iniciativa de assustar a menina, como mostra o trecho a seguir (Farias, 2018):

Ela percebendo que eu não me interessava pelos estudos desenhou no quadro-negro um homem com um tridente nas mãos que transpassava uma criança e disse-me: — Dona Carolina, este homem é o inspetor. A criança que não aprende a ler até ao fim do ano ele espeta no garfo. No fim do ano ele vem aqui e eu vou apresentá-la a ele e pedir-lhe que dê um jeito na senhora, porque a senhora não quer estudar. Ele há de espetá-la no garfo. (Jesus, 2018, p. 114)

Esse episódio revela o ambiente de medo e a construção negativa da escola em seus primeiros anos. No entanto, foi a partir desse terror que Carolina começou a se dedicar mais e, conseqüentemente, pegar gosto pela escola. Em um curto período, a pequena garota estava capaz de ler plenamente:

Depois percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior. Lia os nomes das lojas! “Casa Brasileira, de Armond Goulart.” Não é só esta loja que é uma casa brasileira. Mas as casas, as árvores, os homens que aqui nascem, tudo pertence ao Brasil. Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se. Li: “Farmácia Modelo.” Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares. Mamãe assustou-se. Interrogou-me: — O que é isto? Está ficando louca? — Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler! (Jesus, 2018, p. 114)

Após começar a ter sucesso em sua trajetória escolar, Carolina despertou uma paixão pela leitura. Seu primeiro contato com a literatura foi por meio do livro *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, o clássico foi emprestado de uma vizinha. A

leitura tornou-se uma verdadeira obsessão para Carolina, o livro foi “devorado” por ela, que não o soltava nunca. Para Farias (2018), o livro influenciou a escrita da autora, que mais tarde iria assumir o mesmo tom narrativo com aspecto realista que o autor do clássico realizava.

A vida escolar de Bitita durou pouco, logo depois que se habituou com aquele ambiente, teve que deixar a escola e acompanhar a mãe em outro trabalho, dessa vez fora de Sacramento. Carolina deixa o colégio Allan Kardec em meados dos anos 1923, com dois anos apenas de estudo. Sua mãe, Dona Cota, começou um novo relacionamento, um homem negro chamado José Romualdo estava disposto a assumir o papel de padrasto dos filhos de Cota e tinha a proposta de levá-los para morar e trabalhar em uma fazenda em Uberaba (Farias, 2018).

Durante vários anos de sua vida, viveu e trabalhou nessa fazenda. Foram os melhores anos para a família de Carolina. Tinham uma vida tranquila e mesa farta. No entanto, depois de alguns anos de tranquilidade, a vida volta a ser tumultuosa, quando o fazendeiro resolve expulsar a família por se sentir lesado ao perceber que, para compor a renda, a família vendia as sobras da lavoura na cidade sem entregar os lucros disso. Segundo Tom Farias (2018) “Ficou de olho grande onde não havia nada ou havia muito pouco” (Farias, 2018, p. 60). Sobre as experiências no campo escreveu o poema “O colono e o fazendeiro”, que chegou a ser publicado no jornal “Folha da manhã”, quando a autora já estava em São Paulo e se esforçava para ser conhecida. O poema tem um tom de protesto, Carolina narra nele a exploração sofrida nos trabalhos dos fazendeiros naquela época:

Diz o brasileiro  
Que acabou a escravidão  
Mas o colono sua o ano inteiro  
E nunca tem um tustão.

Se o colono está doente  
É preciso trabalhar  
Luta o pobre no sol quente  
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada  
Toca o fiscal a cornêta  
Despertando o camarada  
Para ir à colheita.

Chega à roça.  
O sol nascer.  
Cada um na sua linha  
Suando e para comer

Só fêijão com farinha.

Nunca pode melhorar  
Esta negra situação  
Carne não pode comprar  
Pra não dever ao patrão.

Fazendeiro ao fim do mês  
Dá um vale de cem mil-réis  
Artigo que custa seis  
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro  
E trabalha todo dia  
O pobre não tem seguro  
E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade  
A vida inteira no mato  
E não tem sociedade  
Onde está o seu sindicato?

Ele passa o ano inteiro  
Trabalhando, que grandêza!  
Enriquece o fazendeiro  
E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:  
Não fique na minha fazenda  
Colono tem que mudar  
Pôis ha quem o defenda.

[...]

(Jesus, 2021, p. 162)

O poema, claramente de caráter contestatório, se apresenta como um grito de resistência contra a opressão vívida no campo, além de expor uma denúncia e revelar a impotência diante de uma sociedade que nega direitos fundamentais. Após enfrentar experiências adversárias, incluindo a necessidade de fugir de um trabalho análogo à escravidão, Carolina e sua família retornam a Sacramento, onde retomam suas atividades no trabalho doméstico, na cidade.

Já adolescente, Carolina não se adaptava aos trabalhos que lhe sobravam, embora soubesse ler e escrever, um grande diferencial em sua família e em sua cidade naquele momento, só restava as funções de doméstica, cozinheira ou cuidadora a ela (Farias, 2018). Segundo Farias (2018), Carolina não se mantinha por muito tempo em um emprego, era muito crítica de tudo e não tinha habilidades domésticos que satisfaziam os patrões, além disso, tinha feridas nas pernas e sentia

muita dor. Vale ressaltar que, naquela época, e ainda hodiernamente, descendentes de escravocratas se beneficiavam e se beneficiam de cargos melhores e mais vantajosos apenas por serem brancos, quase que como um contrato ou herança (Bento, 2016). Assim, por mais que pessoas negras, como Carolina, tivessem grande potencial intelectual, eram frequentemente relegadas a trabalhos precarizados que pagavam pouco.

A mãe de Carolina, por sua vez, por conta das feridas da garota, fez um esforço para mandá-la a Ribeirão Preto, com o intuito de conseguir devido tratamento para a doença da filha. No entanto, ao chegar na cidade, Carolina recebeu a notícia que deveria voltar ao médico em três dias, mas já não tinha dinheiro. Nessa cidade, depois de dias na casa de uma tia, na qual não era bem-vinda, e dias passados na rua com fome e suja, conseguiu ajuda e emprego (Farias, 2018).

O emprego era na casa do casal, Mietta Santiago<sup>7</sup> e Dr. J. Manso, onde Carolina teve alimentação e cuidados, pois o médico a tratava. Foi na casa dos patrões, que, mexendo em algumas coisas, encontrou alguns livros. Dentre eles, um dicionário, o “Dicionário Prosódico do Brasil e Portugal, o qual levou despercebidamente consigo. Curiosamente, diante de tantos livros dispostos a ela, Carolina Maria de Jesus escolheu logo o que poderia ceifar seu modo próprio de falar e escrever, seu pretuguês. Exemplo disso está destacado acerca da variação cujo dicionário diz “[...] admitimos uma prosódia diferente, limitando-se por brevidade a indicar a nossa preferida ou a que julgamos mais usual ou autorizadas” (Farias, 2018, p. 89), obviamente, os usos linguísticos da autora Carolina não se encaixavam naquele ideal descrito:

De qualquer maneira, para quem pretendia aprender a ler e escrever corretamente, ser “poetisa”, como ela desejava, a par de todo o ranço linguístico preconceituoso existente na obra dos autores portugueses, valeu a pena ter encontrado o dicionário, o primeiro que teve contato em sua vida. (Farias, 2018, p. 89)

Com livros em mão, Carolina regressa mais uma vez a Sacramento, depois de deixar o trabalho na casa de Mietta e seu marido. Naquele momento a leitura tinha se tornado sua companheira e se tonaria, mais adiante, um peso em sua vida. Lia Os

---

<sup>7</sup> “A dona Mietta Santiago, ou na verdade, Maria Ernestina Carneiro Manso Pereira, [...], era uma aguerrida ativista feminista, que lutou bravamente pelo sufrágio das mulheres no Brasil. Na época, chegou a se candidatar a deputada federal, mas não foi eleita. Mas por causa dela, as mulheres passaram a ter direito de votar e a serem votadas.” (Farias, 2018, p. 87)

*Lusíadas*, de Camões em conjunto com o dicionário, que ajudava durante a compreensão da leitura. No entanto, o dicionário que Carolina lia todos os dias em frente de sua casa era de capa dura, era grande, e começou a chamar a atenção dos moradores, o então dicionário foi erroneamente confundido com o *Livro de São Cipriano*<sup>8</sup>. Carolina começou a ser chamada de feiticeira e foi acusada de conspirar contra a vida das pessoas brancas e, sendo assim, foi presa junto com sua mãe que a defendeu (Farias, 2018).

É válido salientar que durante esse período da história brasileira havia legislações que atuavam para criminalizar os povos negros, a exemplo da Lei da Vadiagem, de 1941, justamente quando havia alto desemprego de pessoas negras, essa lei proibia o trânsito de pessoas nas ruas sem laboração (Ribeiro, 2019). Claramente, Carolina, com o seu corpo negro exposto diariamente e ainda por cima lendo um livro, desafiava os padrões impostos por uma sociedade profundamente racista. Na cadeia, mãe e filha sofreram mais uma vez, não seria a última, com agressões e a fome. Sobre esse episódio de sua vida, Carolina escreve:

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas e sem comer. (Jesus, 1986, p. 162)

A cena descrita apresenta não apenas a brutalidade física, mas também uma desumanização. No relato das memórias de Carolina se releva a luta pela sobrevivência em um sistema historicamente criminoso e racista, que comumente coopera na perseguição e violência aos povos racializados.

---

<sup>8</sup> “De acordo com a lenda, esse livro provocava fenômenos estranhos: as vacas paravam de dar leite, os animais adoeciam e os homens eram prejudicados na vida laborativa. No Brasil, apesar de ser frequentemente associado às religiões afro-brasileiras, nada tem a ver com nenhuma delas, já que é herança popularizada na Europa do século 19. Publicado no Brasil de maneira indiscriminada por diversas casas editoriais, se tornou um “almanaque ocultista” de fácil acesso e que se diluiu na credence popular. Quer dizer, livro usado por preto para prejudicar os brancos, maldosamente referenciado à macumba, feitiçaria, malefícios, causas ruins.” (Farias, 2018, p. 96)

## 2.2 Novos caminhos: a chegada em São Paulo e a construção literária

Nesta seção se encontrarão os primeiros contatos da autora com a cidade de São Paulo, as despedidas e as dificuldades antes de conhecer a tão almejada capital. Assim como, as primeiras tentativas, atravessadas pela fome e pela precariedade em que se encontrava, de ser escritora.

Carolina idealizava a cidade de São Paulo, em *Diário de Bitita*, escreveu: “Eu via várias pessoas irem para São Paulo e pensava: “Há de chegar a minha vez.” (Jesus, 1986, p. 169). O que ela não esperava era encontrar um cenário, mais uma vez em sua vida, de dificuldades.

Como visto na seção anterior, Carolina foi presa pelo simples ato de rebeldia ao ler despretensiosamente um livro em frente à sua casa ao invés de trabalhar. Depois desse episódio, ela e sua mãe viveram um verdadeiro isolamento na cidade de Sacramento, ao voltarem da cadeia. Algumas pessoas as acusavam de bruxaria, outras, não as empregavam. A convivência e a sobrevivência na cidade começaram a tornar-se insustentáveis (Farias, 2018).

Sem emprego e com todo o “falatório” da vizinhança, Cota e Carolina partiram para o destino de Franca, 400 quilômetros da capital de São Paulo. A mãe sabia que com as feridas na perna que nunca curavam, Carolina, impossibilitada de trabalhar, precisaria de apoio e, sendo assim, lhe acompanhou. A mãe logo conseguiu um emprego e Carolina andava pelas ruas enquanto Cota estava em ocupação. Sem moradia, as duas se abrigavam em um circo, onde um palhaço argentino generosamente permitiu a elas um lugar para ficar, não era nenhum luxo, as duas dormiam no chão forrado a jornais (Farias, 2018).

Quando Carolina se curou, tratou de arrumar um emprego. No entanto, não se dava bem com os afazeres domésticos, por diversas vezes foi mandada embora e não parava por muito tempo em uma função. Como cozinheira, segundo Farias (2018), era desatenta. Com a panela no fogão, abria um livro que ganhava a sua atenção e se perdia nos afazeres. Fato é que Carolina não tinha pré-disposição para trabalhar como empregada doméstica, sua aptidão sempre foi a escrita e a leitura, todavia, a sociedade não a queria nessas funções.

Sem um trabalho fixo, mãe e filha estavam vivendo praticamente como moradoras de rua. Refletindo sobre tudo que estavam passando e sobre os poderes do dinheiro, Carolina, ao receber de uma patroa, diz: “Sem este papel ninguém vive.

Ele nos domina, e predomina na nossa vida! Os que têm bastante são fortes, são respeitados, são os dono do leme; quem não o tem em grandes quantidades, é João-ninguém, pé- rapado, são os desconsiderados, são os fracos.” (Jesus, 1986, p. 174). A jovem Carolina desde então assumiu uma visão crítica de tudo, da sociedade e das desigualdades, era revoltada com as situações que vivia e não confiava fácil nas pessoas. Foi em Franca que Carolina e sua mãe partiram em caminhos diferentes, seria a última vez juntas. Cota, doente e totalmente desesperançosa com a vida que estava levando, volta a sua vida em Sacramento, e Carolina segue sozinha. Sobre sua vida sem um leito familiar, sentindo profundamente a falta, escreve os seguintes versos (Farias, 2018, p. 111):

Oh! meu Deus, quanta saudade  
Da minha infância ridente  
Não conhecia a degradingolada  
Que atinge a vida da gente  
Era criança. Não pensava!  
Que existia sofrimento  
Os brinquedos me fascinava  
Todos momentos.

Quando aurora despontava  
Eu rodava o meu pião  
Dos meus colegas eu contava  
Estórias de sombração

Hoje é bem triste a minha vida  
Porque não seria contente  
Estou distante esquecida  
Longe dos meus parentes  
Um dia deixei a minha terra  
Minha mãe e o meu irmão  
Mas, não sabia que era  
Eterna separação  
(Farias, 2018, p. 111)

Com essas palavras escritas anos depois, levando o título de “Saudade de mãe” de acordo com Tom Farias (2018), a autora revive a mágica infância, de quando estava livre de preocupações, em um cotidiano simples, mas alegre. No entanto, essa memória contrasta com o presente onde há tristeza e solidão. Se pode imaginar que o rompimento com a família gerou marcas profundas na autora, que transbordaram em sua escrita.

Depois que Cota voltou para Sacramento, Carolina começou a trabalhar em uma casa de uma professora, que estava à procura de uma empregada doméstica para morar em São Paulo. Foi a tão esperada oportunidade de embarcar rumo a São

Paulo capital, sobre isso escreveu:

Até que enfim, eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam como se fossem para o céu. No dia da viagem, não dormi para não perder o horário. O trem saía às sete horas, mas eu cheguei na estação às cinco horas. Que alegria quando embarquei! Quando cheguei à capital, gostei da cidade porque São Paulo é o eixo do Brasil. E a espinha dorsal do nosso país. Quantos políticos! Que cidade progressista. São Paulo deve ser o figurino para que este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros. Rezava agradecendo a Deus e pedindo-lhe proteção. Quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto de meus dias com tranquilidade... (Jesus, 1986, p. 182-183)

A esperança era encontrar uma cidade grande com múltiplas oportunidades, contudo, a autora viveu mais uma vez a subalternidade. Em São Paulo, diante da imensidão de pessoas e informações, foi que se despertou o desejo em ser escritora, Carolina sonhava em ser poetiza e viver dessa profissão. Para realizar esse sonho, escrevia todos os dias, a exemplo dos versos já expostos neste trabalho. Ainda em Franca escreveu alguns versos, no entanto, foi na cidade grande que esperava realizar esse feito (Farias, 2018).

Para isso, Carolina ia às redações de jornais e revistas, em busca de ter um texto seu publicado, era muito determinada em insistir para ser reconhecida. Muito antes de ser conhecida como prosadora, cerca de 20 anos antes de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, já produzia muita literatura e chegou a ter uma de sua poesia publicada.

### 2.3 A entrada de Carolina no cenário literário

A entrada de Carolina Maria de Jesus no cenário literário brasileiro, conforme analisa Farias (2018), constitui um marco de grande relevância na história cultural e social do país. A publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, em 1960, não apenas revelou ao público uma voz até então invisibilizada, mas também instaurou uma nova possibilidade de autoria no campo literário. Carolina, mulher negra, pobre, moradora da favela do Canindé, rompeu com as expectativas e convenções impostas pelo meio editorial da época. O sucesso imediato de vendas, com edições esgotadas em poucos dias e tiragens sucessivas que alcançavam milhares de exemplares, demonstrava o interesse do público leitor por uma narrativa

que fugia ao padrão da ficção brasileira tradicional, centrada, em geral, em vozes masculinas, brancas e pertencentes às elites letradas.

Entretanto, como lembra Farias (2018), o reconhecimento popular não foi acompanhado pela aceitação plena da crítica. Desde a sua publicação, o livro foi alvo de avaliações contraditórias. Se, por um lado, havia uma curiosidade em torno da figura da “escritora favelada”, por outro, muitos críticos buscavam diminuir a legitimidade literária da obra. Termos como “semianalfabeta”, “autora ocasional” ou “escrevinhadora de livreco” eram utilizados de forma recorrente pela imprensa, numa tentativa de desqualificar não apenas o texto, mas sobretudo a autoria de Carolina. Esse processo evidencia o incômodo que a sua presença causava em um espaço historicamente reservado a uma elite intelectual branca e masculina.

Farias (2018) mostra como os jornais da época insistiam em enquadrar Carolina dentro de categorias que a mantivessem à margem do campo literário. Era comum chamá-la de “ex-favelada” ou “autora favelada”, como se sua origem fosse uma marca indelével que deveria sempre anteceder sua identidade de escritora. O próprio livro, apesar de alcançar recordes de venda e projeção internacional, era constantemente tratado como “anotação desordenada”, “texto sem gramática” ou “relato de miserável”, o que revela o preconceito da crítica em reconhecer que, ali, havia um gesto estético, uma construção narrativa que ultrapassava a simples descrição do cotidiano. Assim, o que estava em disputa não era apenas a qualidade da obra, mas o direito de uma mulher negra e pobre ser reconhecida como autora.

Esse embate em torno de *Quarto de despejo* revela, como enfatiza Farias (2018), as tensões raciais, sociais e linguísticas que atravessavam a sociedade brasileira no início da década de 1960. Ao trazer para o centro da cena literária a experiência da favela, Carolina deslocava o olhar da literatura brasileira. Seu diário registrava a fome, o desemprego, a exclusão e as violências cotidianas enfrentadas pela população pobre das periferias urbanas. Mais do que uma simples “confissão pessoal”, como alguns críticos tentaram rotular, tratava-se de um texto que denunciava as estruturas de desigualdade e escancarava um Brasil que a elite preferia não ver. Nesse sentido, a escrita de Carolina pode ser compreendida como um ato de resistência, tanto no conteúdo quanto na forma.

A forma de sua escrita, frequentemente criticada por fugir às normas cultas da língua, torna-se um dos pontos centrais de sua potência literária. Farias (2018) destaca que os jornais não se cansavam de sublinhar “erros” e “desordens” na

redação de Carolina, como se a ausência de uma gramática normativa impecável fosse suficiente para invalidar o valor da obra. Contudo, é justamente essa linguagem, marcada pela oralidade, pela variação linguística e pela vivência popular, que confere autenticidade e força ao relato. A crítica que se voltava contra ela, nesse sentido, escancarava o preconceito linguístico que atravessa a sociedade brasileira, onde a variedade culta é vista como a única legítima e autorizada para a produção literária. A escrita de Carolina, portanto, ao inscrever as marcas de sua condição social e de seu pertencimento cultural, constituía um gesto político de afirmação e resistência.

Outro aspecto fundamental, destacado por Farias (2018), é a reação contraditória do público e da mídia. Enquanto os jornais exploravam a imagem da “favelada” em busca de manchetes sensacionalistas, Carolina era aclamada por multidões em sessões de autógrafos, recebia convites para entrevistas e participava de eventos sociais de grande destaque. Seu livro foi traduzido para diversos idiomas, recebeu elogios internacionais e alcançou leitores muito além das fronteiras brasileiras. Essa projeção internacional, no entanto, não impediu que, dentro do Brasil, fosse constantemente questionada quanto ao seu lugar de fala e à legitimidade de sua obra.

As análises de Farias (2018) permitem compreender que o fenômeno Carolina Maria de Jesus não pode ser reduzido apenas ao êxito comercial de *Quarto de despejo*. O que estava em jogo era a ruptura que sua presença impunha a um espaço literário elitizado. Sua escrita representava um deslocamento de fronteiras: trazia a favela para o centro da literatura, colocava a língua popular dentro de um livro publicado por uma grande editora e reivindicava para si o estatuto de autora em um campo que historicamente negava esse lugar a mulheres negras. Por isso, o sucesso de Carolina não foi apenas um evento editorial, todavia um acontecimento político e cultural de grandes proporções.

A rejeição da crítica tradicional pode ser interpretada, à luz de Farias (2018), como uma forma de defesa do campo literário diante de uma autora que não correspondia às expectativas. A recusa em reconhecer a legitimidade de Carolina se expressava tanto nos ataques diretos, como os que a classificavam como “livresco” ou “sem novidade”, quanto nas tentativas de enquadrá-la em categorias reducionistas. Porém, apesar das resistências, a presença de Carolina transformou a paisagem literária brasileira. Ela abriu espaço para que outras vozes negras, periféricas e femininas pudessem reivindicar um lugar de fala, ainda que esse processo tenha sido

lento e marcado por contradições.

Assim, ao analisar a entrada de Carolina Maria de Jesus no cenário literário, Farias (2018) nos mostra que não se trata apenas da história de uma escritora que conseguiu publicar um livro de sucesso. Trata-se, sobretudo, da luta por reconhecimento, da disputa em torno da legitimidade da autoria negra e da denúncia das desigualdades linguísticas, sociais e raciais que atravessam a sociedade brasileira. O impacto de *Quarto de despejo* permanece atual, não apenas pelo retrato que oferece da vida na favela nos anos 1960, sobretudo também porque evidencia as barreiras que ainda hoje precisam ser enfrentadas por escritores e escritoras vindos das margens.

Assim, o percurso de vida de Carolina Maria de Jesus esteve, desde a infância, profundamente entrelaçado com a leitura e a escrita, ainda que de forma marginalizada e marcada por obstáculos. Nascida em 1914, em Sacramento (MG), filha de pais pobres e negros, Carolina teve acesso à escola de maneira breve e irregular, frequentando apenas alguns anos de ensino formal. No entanto, esse contato inicial foi decisivo para despertar nela o interesse pela palavra escrita.

Apesar das dificuldades financeiras e da necessidade de trabalhar desde cedo, Carolina não abandonou os cadernos nem a prática de registrar suas impressões sobre o mundo, como é possível perceber mediante a este capítulo. Como destaca a biografia de Farias (2018), sua relação com a escrita era ao mesmo tempo intuitiva e visceral, ou seja, escrever representava não apenas um exercício intelectual, era também uma estratégia de afirmação de si diante de uma sociedade que negava às mulheres negras o direito à autoria.

Desde a juventude, Carolina demonstrava um fascínio especial pelos livros. Mesmo sem ter acesso a bibliotecas ou espaços formais de leitura. Essa prática evidencia não apenas sua determinação, mas também a condição desigual em que se dava o acesso à cultura letrada. A leitura, nesse contexto, surgia como um ato de resistência, uma forma de expandir horizontes apesar das limitações impostas pelo racismo e pela pobreza. A escrita, por sua vez, tornava-se um espaço de elaboração subjetiva e crítica, onde Carolina registrava suas memórias, seus sonhos, suas indignações e sua luta diária pela sobrevivência.

Essa trajetória revela que, para Carolina, a leitura e a escrita nunca foram atividades neutras ou meramente escolares. Desde a infância, constituíram-se como instrumentos de sobrevivência simbólica e de resignificação da própria experiência.

Ao escrever em cadernos improvisados e ao transformar o cotidiano em narrativa, ela afirmava sua humanidade em meio a uma realidade de exclusão. Este capítulo tratou de explicar como a leitura atravessou os caminhos de Bitita, evidenciando seu talento autodidata, apesar de todas as limitações. Para concluir, este capítulo se encerra com uma fotografia Figura 1, onde Carolina se encontra rodeada de seus “tesouros”, sua companhia inseparável.

Figura 1 – Carolina e seus “tesouros”, como ela chamava seus livros, na cama de seu barraco na favela.



Fonte: Farias (2018)

### CAPÍTULO 3 – AS CONEXÕES DA LÍNGUA(GEM)

Este capítulo apresenta a base teórica que sustenta a análise desenvolvida nesta dissertação, com foco nas discussões acerca da língua(gem) em suas múltiplas formas de manifestação. Trata-se de elementos fundamentais para a construção dos resultados aqui propostos. Inicialmente, será abordado o surgimento da Sociolinguística e seus principais conceitos, destacando-se sua contribuição para a compreensão da heterogeneidade linguística. Em seguida, discute-se a variação linguística e em sequência, será abordado algumas ocorrências de variação presentes no livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (2020), como alçamento vocálico, rotacismo, trocas de <z> e <s> e marcação de plural (concordância morfossintática). Em outra abordagem terá em especial atenção às reflexões sobre o pretuguês, característica marcante da produção linguística de Carolina Maria de Jesus.

Em seguida, são examinadas as questões relativas ao preconceito linguístico e ao racismo linguístico, a fim de fundamentar e conceituar as práticas discriminatórias que atravessam a recepção da escrita da autora. Por fim, serão discutidos os temas de identidade e negritude, que compõem o respaldo teórico desta pesquisa.

#### 3.1 As três ondas da Sociolinguística: conceitos e estudos da ciência

Nesta seção serão apresentadas considerações sobre a Sociolinguística, seu surgimento e as principais discussões que marcam esse campo científico, com o objetivo de oferecer a fundamentação teórica para o presente trabalho. Ainda que seja feita uma breve exposição das três ondas da Sociolinguística e de seus respectivos desdobramentos, destaca-se que a terceira onda é a que mantém maior diálogo com esta pesquisa, constituindo-se como a principal referência para as análises aqui desenvolvidas.

A linguística, ciência que estuda a língua(gem), inicia com os estudos de Ferdinand de Saussure, considerado o pai dessa ciência, que formulou uma das principais dicotomias: *langue x parole* (Hora, 2021). O *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, constitui um marco na história da linguística ao estabelecer a linguagem como objeto autônomo de investigação científica. Até então, os estudos da área estavam fortemente ligados à filologia e à gramática histórica,

voltados sobretudo à reconstrução de línguas antigas e à definição de genealogias linguísticas. Saussure, porém, desloca essa perspectiva ao propor que o verdadeiro objeto da linguística é a *língua (langue)*, entendida como sistema social estruturado, distinta da *fala (parole)*, compreendida como sua realização individual.

Esse projeto inaugura uma abordagem estrutural, em que a língua é concebida como um conjunto de signos definidos por relações de valor, e não como mera coleção de palavras ou formas isoladas. Tal formulação conferiu à linguística o estatuto de ciência, com métodos e fundamentos próprios, orientando grande parte das pesquisas subsequentes. Por isso, Saussure é considerado o “pai da linguística moderna”, já que sua obra não apenas redefiniu o objeto de estudo, mas também abriu caminho para teorias que ampliaram a compreensão das relações entre linguagem, sociedade e sujeito (Saussure, 2006).

Seguindo os levantamentos de Hora (2021), os estudos da linguística tradicional não consideravam o âmbito social e as ocorrências que interferiam na construção linguística. Para os estruturalistas os fatos linguísticos referiam-se apenas à língua.

Podemos dizer que a sociolinguística surgiu na metade do século XX para se contrapor à visão homogênea formulada pelos estudos anteriores da linguística, adquirindo uma aplicação voltada para o contexto social ou domínio social (Hora, 2021). As contribuições de autores como: Uriel Weinreich, Charles Ferguson e Joshua Fishman acerca da diglossia e o contato linguístico deram início às discussões. Contudo, o destaque foram as pesquisas realizadas por William Labov, que iniciou a abordagem frente a variação linguística. Labov (2021), trouxe outra proposta de perceptiva para esse estudo, a necessidade de uma abordagem social mais ampla. Mesmo desaprovando o termo “sociolinguística”, por entendê-lo “redundante”, Labov (2021) menciona que:

A língua é uma forma de comportamento social: declarações neste sentido podem ser encontradas em qualquer texto introdutório. Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros. (Labov, 2021, p. 271)

Isto posto, a sociolinguística é uma ramificação da linguística que inovou ao perceber o estudo da língua em seu contexto social. Com base nesse estudo, podemos afirmar que a língua é heterogênea e diversificada; no entanto, não é

caótica, sem uma motivação ou desordenada. Entendemos a Sociolinguística como um vínculo direto com a sociedade, segundo Silva-Corvalán (1989), de forma mais clara:

[...] la sociolingüística es una disciplina independiente, con una metodología propia, desarrollada principalmente en los Estados Unidos y Canadá a partir de los años sesenta, que estudia la lengua en su contexto social y se preocupa esencialmente de explicar la variabilidad lingüística, de su interrelación con factores sociales y del papel que esta variabilidad desempeña en los procesos de cambio lingüístico. (Silva-Corvalán, 1989, p. 1)<sup>9</sup>

Assim, com base nessa citação, temos como esclarecido que a língua é uma ação social que varia conforme as condições sociais, culturais etc. Se pode dividir a sociolinguística em três ondas, sendo a primeira de estudos quantitativos em categorias sociais.

O nome mais influente da primeira onda é William Labov, como já mencionado anteriormente, e foi dele, também, que emergiu as pesquisas mais notórias no ramo da sociolinguística, a exemplo da clássica pesquisa da estratificação social<sup>10</sup> do (r) nas lojas de departamento na cidade de *New York*.

Nesse estudo, Labov observou a pronúncia do /r/ pós-vocálico em diferentes contextos sociais, induzindo os funcionários de determinadas lojas, de mais e menos prestígio social, a indicação de itens que se localizavam no *fourth floor* (quarto andar) (Labov, 2021). Com esse estudo, Labov (2021), identificou que o /r/ pós-vocálico, no contexto em que foi realizado a análise, era um marcador social em todos os níveis de fala e havia, também, fatores estilísticos, provando que a condição social e o monitoramento de fala condizem com a variação de /r/. No estudo de Labov (2021):

[...] vendedores da loja de *status* mais alto vão apresentar os valores mais altos de (r); os da loja de *status* médio vão apresentar valores intermediários de (r); e os da loja de *status* mais baixo vão apresentar os valores mais baixos. (Labov, 2021, p. 83)

Esse estudo foi um dos trabalhos que foram fundamentais para o que hoje

<sup>9</sup> “A sociolinguística é uma disciplina independente, com uma metodologia própria, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos e Canadá a partir da década de 1960, que investiga a língua em seu contexto social e se preocupa essencialmente em explicar a variabilidade linguística, sua interação com fatores sociais e o papel que essa variabilidade desempenha nos processos de mudança linguística” (Silva-Corvalán, 1989, p. 1, tradução nossa).

<sup>10</sup> “[...] a estratificação social é o produto da diferenciação social e da avaliação social (1957:1-3)” (Labov, 2021, p. 81).

conhecemos como o estudo da primeira onda da sociolinguística. Com essa análise podemos correlacionar e esclarecer as diferentes formas de uso de determinada língua.

Já a segunda onda foi marcada pelos estudos de Penelope Eckert, que explorou a variação linguística na construção identitária em determinados contextos locais. Pode-se dizer que essa onda se utilizou de estudos etnográficos<sup>11</sup> e qualitativos, com o foco em práticas linguísticas como marcas de identidade social. Tem-se o exemplo do trabalho de Eckert em uma escola de Detroit. Com esse estudo ela observou que naquele ambiente de ensino coexistiam dois grupos e os considerou em sua análise, os *jocks*, discentes de classe média que tinham como identidade o bom desempenho escolar e eram alinhadas as normas escolares, e os *burnouts*, estudantes de classe menos abastada socialmente, considerados “rebeldes”, que construíam sua identidade a partir de suas vivências nos bairros em que residiam (Mendes, 2017). Referente aos resultados do trabalho de Eckert, Mendes (2017) pontua que

[...] essa pesquisa mostra que certas formas linguísticas geralmente desprestigiadas (tais como a dupla negação, entre outras), por serem “vernaculares” (no sentido de “proscritas pela escola” e que, portanto, tenderiam a não ocorrer nos momentos em que o estilo é mais cuidadoso, numa entrevista sociolinguística), são formas que têm valor positivo entre os *burnouts*. Assim, tais formas linguísticas não funcionariam direta e simplesmente como índices de macrocategorias (tais como classe), mas sim de características sociais definidas na interação desses grupos localmente constituídos. (Mendes, 2017, p. 105)

Assim, considerando essa citação, se é perceptível as principais diferenças da segunda onda para com a primeira, elaborada por Labov. Enquanto a primeira onda se preocupava com a mudança linguística em determinado contexto social, a segunda já analisava a interação social com base na identidade linguística, considerando contextos mais específicos.

A terceira onda da sociolinguística, por sua vez, para Mendes (2017), seria uma retomada para a significação social da variabilidade linguística. Isto é, no uso das variantes linguísticas em contextos e objetivos específicos. A performance do indivíduo falante é considerada uma prática estilística por essa onda, um mesmo

---

<sup>11</sup> Estudo que se preocupa com os detalhes do uso real: descreve os povos no relativo de seus costumes, índole, raça, língua etc. (Labov, 2020)

falante pode transitar em diferentes formas de fala. Podemos dizer que a terceira onda da sociolinguística reflete acerca da formação identitária e de como podemos adaptar a maneira que falamos. De forma mais clara,

[...] enquanto falantes da variedade de uma língua, podemos querer soar mais prestigiosos (mais ricos, mais socioeconomicamente poderosos), mas também podemos querer soar como alguém da classe trabalhadora (e, por extensão, "rústicos"- positivamente falando- ou particularmente masculinos, como em Trudgill, 1972); podemos sinalizar uma posição de distância em relação ao nosso interlocutor (Freitag et al., 2016); numa certa situação, podemos querer ser percebidos como particularmente amigáveis. Em princípio, não haveria limite aqui e poderíamos continuar esta lista indefinidamente. (Mendes, 2017, p. 117)

A partir dessa citação é nítido que, para os estudos de terceira onda, a performance linguística é imprescindível, levando em conta que há em nós falantes uma certa necessidade e habilidade em se encaixar em determinado contexto ou grupo. Dessa forma iniciam a proposta da terceira onda, com pesquisas que consideram a estrutura do estilo de fala, a fim de identificar significados sociais que se ligam em tipos de pessoas (Mendes, 2017).

Para Eckert (2011), a terceira onda da sociolinguística se distancia das ondas anteriores, que, para ela, se concentravam em categorias sociais imutáveis e na relação da variação linguística com tais categorias. Dessa maneira, Eckert (2011), acredita que na terceira onda há, portanto, um foco na maneira que os falantes utilizam a linguagem e tem o controle sobre a linguagem. Ademais, reconhece-se que a variação linguística faz parte de como as pessoas constroem continuamente sua diferenciação social, como indica na citação seguinte: "The principal move in the third wave then was from a view that equated identity with category affiliation to a view that recognizes the fluidity of identity and the role of linguistic variation in its construction."<sup>12</sup> (Eckert, 2011, p. 7). Assim, tais estudos argumentam que a variabilidade linguística forma um sistema social semioticamente rico, que adquirem sentido específico dentro dos divergentes estilos. Isso implica que a linguagem também constrói ideologia, o que tem grande proveito para o estudo linguístico em geral.

De fato, temos diferenças entre as três vertentes presentes nos estudos sociolinguísticos, todavia, não devemos pensar que a terceira onda, por exemplo,

---

<sup>12</sup> "A principal mudança na terceira onda foi de uma visão que equiparava identidade à afiliação a categorias para uma visão que reconhece a fluidez da identidade e o papel da variação linguística em sua construção." (Eckert, 2011, p. 7, tradução nossa)

anula os estudos anteriores. Mendes (2017), menciona que não há substituição, mas sim uma atualização e uma retomada das abordagens anteriores. Devemos pensar a terceira onda como uma base em conhecimentos formados mediante a perspectivas como a macrossociológica e a etnográfica, possibilitando uma ampla visão dos fenômenos da variação linguística. Ainda, segundo Mendes (2017), o conceito da terceira onda já teria sido explorado em estudos labovianos em *Martha's Vineyard*, provando que tais percepções, levantadas pelos estudos atuais, já eram pensados desde a primeira onda, reforçando a importância e a relevância de cada uma das ondas. Dessa forma, o estudo mais hodierno da sociolinguística é visto como uma evolução do pensamento sociolinguístico, que integra diversas abordagens para compreender as complexidades da variabilidade linguística e suas consequências sociais.

Nesse mesmo sentido, Souza e Lopes (2021) ressaltam que a sociolinguística de terceira onda desloca a atenção do pertencimento a categorias sociais fixas para a prática estilística dos falantes, entendendo-os como agentes que mobilizam conscientemente variantes linguísticas na construção de suas identidades. O estilo, nessa perspectiva, não é apenas reflexo de fatores macrossociais ou de redes locais, mas sim uma prática social por meio da qual os sujeitos performam personae e negociam posições dentro da paisagem social. Essa abordagem amplia as análises da variação linguística ao evidenciar seu potencial semiótico na construção de significados sociais, mostrando-se especialmente produtiva para pesquisas que, como a presente, se interessam pelos usos da linguagem como práticas de resistência e marca de identidade.

### **3.2 Os caminhos da heterogeneidade: ocorrências de variação linguística em Quarto de Despejo**

Esta sessão irá proporcionar um levantamento diante da variação linguística e da variação presente em palavras retiradas de *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (2020), edição que preserva a escrita da autora Carolina Maria de Jesus. Todavia, as discussões irão se concentrar no pretuguês, característica da oralidade e escrita de Carolina Maria de Jesus. Vale ressaltar as divergências dos estudos frente a variabilidade da língua, desde a abordagem mais clássica à mais atual, este trabalho irá considerar ambas.

Partindo do pressuposto que toda língua possui uma estrutura, isto é, possui um mecanismo para que funcione de forma adequada, se deve pensar a heterogeneidade da língua como uma heterogeneidade ordenada e, sendo assim, a variação na língua não é caótica (Weinreich; Labov; Herzog, 2006).

A sociolinguística, como já foi observado, abrange muitos estudos, entre eles está a variação e a mudança, que serão explorados neste capítulo. Essa ciência tem como ênfase o estudo do meio social, desde as comunidades menores aos grandes grupos. Todas as línguas do mundo estão sujeitas a variação linguística e, mediante a essa afirmativa, há na variação várias alternativas de comunicação, que são nomeadas de variantes linguísticas (Mollica; Braga, 2020).

Por meio dos estudos de Labov (2021), podemos afirmar que na língua, enquanto fato social, existem diversas formas de se dizer o mesmo com o mesmo valor de verdade ou mesmo significado, que são, como já mencionado anteriormente, as variantes linguísticas. Tem-se o exemplo a seguir:

Algumas palavras como *carro* e *automóvel* parecem ter os mesmos referentes; outras têm duas pronúncias, como *cantando* e *cantano*. Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito* [...]. (Labov, 2021, p. 276, grifo do autor)

Com essa citação se faz nítido que certas diferenciações da língua não interferem na comunicação e no entendimento eficiente em âmbito social, dessa forma não há uma maneira correta ou incorreta de falar.

Tarallo (2007) separa os tipos de variantes em grupos de concorrência, são eles: padrão/ não-padrão, conservadoras/ inovadoras e de prestígio/estigmatizadas. Segundo o autor, a variante padrão é conservadora, já que tenta seguir um ideal de fala prescritivo e, por conseguinte, é detentora de prestígio social, pois se encontra nos falares de classes mais altas do meio social. De um outro lado, se encontra as variantes inovadoras, essas que realizam outras formas, como no exemplo de ausência de marcação de plural no sintagma nominal, de forma geral são variantes não-padrão e sofrem estigmatização, ou preconceito linguístico.

Os temas de estigmatização linguística e mobilidade social são de interesse aos estudiosos da sociolinguística. Algumas variantes possuem mais apelo e avaliações positivas na comunidade social, isso se refere aos modelos tradicionais de ensino que, conseqüentemente, geram o preconceito linguístico e social. Essas

questões serão tratadas mais profundamente em outro capítulo desta dissertação, no entanto, o que se deve destacar é que as línguas apresentam uma grande diversidade que se distribui em um “*continuum*”, uma vez que o falante aprende primordialmente as variantes informais e, gradualmente, se apropria de outras formas de comunicações, podendo se aproximar das formas mais cultas presentes na língua (Mollica; Braga, 2020).

Outra nomenclatura que se deve mencionar é a variável linguística. Uma variável é um fenômeno derivado do conjunto de variantes que coexistem em uma determinada comunidade de fala. Tem-se o exemplo da concordância verbal de sujeito que é uma ocorrência variável, isso pois há duas formas existentes: a marcação no sintagma nominal ou a ausência de marcação (Mollica; Braga, 2020).

Nas concepções de Mollica e Braga (2020), as manifestações das variantes linguísticas não são sem razão, uma vez que a variável é dependente e adquire influências sociais ou estruturais. Ademais, as influências, ou variáveis independentes, podem ser externas ou internas, como explicam as autoras:

No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza fonomorfossintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva). Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto os demais a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala. (Mollica; Braga, 2020, p. 11)

Isto posto, a mudança, por sua vez, pode ter origem no processo da variável. Isso pelo motivo do desuso de uma das variantes existentes, que já não se encontra em estabilidade, ou seja, duas variantes alternando entre si, causando assim uma ocorrência de “mudança em progresso” (Mollica; Braga, 2020).

Já na modalidade escrita, é possível relacionar as ocorrências de fala (oralidade), com as grafias que podem surgir mediante a ela. Oliveira (2005) indica que, uma vez que haja variação na modalidade falada, haverá, também, na grafia, pois há diferentes dialetos na realidade de fala, como exemplificado a seguir:

No dialeto de Belo Horizonte, a palavra bonito tem, na sua primeira sílaba, os mesmos sons da primeira sílaba da palavra buraco. Mas há dialetos em que

se diz b[on]ito e, nesses casos, o aprendiz acaba não errando (ainda que utilize a mesma hipótese: o que eu falo, eu escrevo). (Oliveira, 2005, p. 52)

Para Corrêa (2004), a escrita é um processo que se encontra com as práticas sociais da oralidade/fala e do letramento/escrita e com tudo já falado e escrito pelo escrevente, nas palavras de Corrêa (2004):

Como elementos centrais dessa concepção, considero a circulação dialógica do escrevente – que pressupõe, com Bakhtin, o princípio dialógico da linguagem – e a imagem que o escrevente faz da escrita, tomada como parte de um imaginário socialmente partilhado, modo de recuperar a presença das práticas sociais na produção discursiva dos seus agentes. Não se trata, pois, no que se refere a esse imaginário, de uma representação tomada como falsificação do real (falsificação, por exemplo, do que, de fato, seria a escrita. Pelo contrário, por meio dela, materializam-se, linguisticamente, as relações reais entre os agentes sociais e a escrita, consideradas as práticas sociais de que, direta ou indiretamente, a escrita faz parte. (Corrêa, 2004, p. 9).

Desse modo, compreendemos a escrita como um processo que faz parte da sociedade e que pode representar as ocorrências da realidade e da variedade linguística em meio social, ou seja, pode dar indícios da variação linguística do escrevente.

Sabe-se que o espaço literário significou e significa atualmente um espaço “culto”, e o ideal de culto condiz com a construção de uma ideia errônea de um falar e escrever “corretamente”, uma ideia enraizada que, segundo Bagno (2004), vêm da tradição de manter uma certa “pureza” da linguagem, baseada em estudos de usos dos grandes escritores do passado.

No que se refere a relação entre fala e escrita, destaca-se as contribuições de Marcuschi (2010):

[...] seria útil ter presente que, assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de *supremacia* ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante. Do ponto de vista *cronológico*, como já observou detidamente Stubbs (1980), a fala tem uma grande precedência sobre a escrita, mas do ponto de vista do *prestígio social*, a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos e sim de postura *ideológica*. (Marcuschi, 2010, p. 35, grifo do autor)

Assim, seguindo o ponto de vista de Marcuschi (2010), podemos entender a fala e a escrita como um continuum onde estão colocados diversos gêneros textuais e, assim, se é possível dizer que a fala e a escrita não são opostas.

### 3.2.1 Alçamento das vogais médias pretônicas

Segundo os estudos de Collischonn (2006), podemos entender o alçamento vocálico como um processo variável, fonético-fonológico, que se trata de uma elevação das vogais médias /e/ e /o/ para vogais altas [i] e [u], respectivamente, que em geral são motivadas pela vogal alta da sílaba seguinte na palavra, processo denominado *harmonia* ou *harmonização vocálica* (Bisol, 1981). Nos dados encontrados, é notável o alçamento vocálico nas palavras: “Tussir”, “Iducação” /”Iducados”/ ”Iducadas” e “Fidida”, nas quais a autora é influenciada a grafar com /i/ e /u/ em palavras que, na convenção ortográfica de prestígio social, deveria estar com <e> e <o>. Observa-se, também, que todos os vocábulos apresentam uma vogal alta na sílaba seguinte à da grafia não convencional, ou seja, essas grafias indicam alçamento vocálico engatilhado por harmonização vocálica.

Nessas ocorrências tem-se identificado, também, uma manifestação de oralidade na escrita da autora, uma vez que a escrevente pode, eventualmente, ter realizado uma espécie de “transcrição fonética” durante o ato de escrita, ou seja, pode realizar na modalidade de escrita o que ouve e fala na oralidade (Cagliari, 2004).

### 3.2.2 Rotacismo

O rotacismo, representado em algumas palavras da escrevente aqui analisadas, pode ser considerado uma manifestação social, ou uma variante linguística estigmatizada. Segundo Bagno (1999), por mais que o rotacismo hoje faça parte da norma padrão de maneira bastante discreta, já que palavras como “obligare”, do latim, se tornou “obrigar”, em tempos hodiernos, há um certo preconceito com essas ocorrências, principalmente porque costumam resultar de falares marginalizados em sociedade e menos escolarizados. Dessa forma, o rotacismo, no caso das palavras aqui exploradas, dá-se nas trocas de <l> por <r>, como nos exemplos: /”impricar” /”impricam”/ e /”Impricancia”/. Tem-se como hipótese que as

trocas de <l> por <r> de Carolina resultam da pouca escolaridade da escritora, já que, como mencionado anteriormente, a autora só chegou até o segundo ano do ensino fundamental e vivia em periferia.

Todavia, com base nos estudos de Carmo, Bugai e Dias (2020), evidenciando a baixa ocorrência do rotacismo no diário, ainda que esta pesquisa não se trate de uma análise na íntegra do livro, podemos entender que há uma grande influência da norma padrão, que explicaria essa escassez. No caso de Carolina, se é possível destacar o grande apresso dela por leitura e escrita, como exemplificado nos trechos a seguir: “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (Jesus, 2020, p. 31) e “Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever” (Jesus, 2020, p. 26). No entanto, é válido entender que as ocorrências de rotacismo na fala e escrita não necessariamente refere-se ao hábito de ler e escrever.

### 3.2.3 <s> e <z>

As trocas de <s> e <z> representam a maioria dos resultados encontrados no livro de Carolina em fragmentos analisados. Nas reflexões de Cagliari (2004), o som de “s” pode eventualmente simular o som de “zê”, isso faz com que o escrevente sinta bastante dificuldade no momento de grafar como a ortografia. Para Cagliari (2004), como já mencionado em momentos passados, o escrevente pode ilustrar a fala na escrita. Considerando as palavras elencadas aqui, podemos ver, mais uma vez, a oralidade da escritora na palavra “puzeram” (puseram/pôr) que claramente na fala há o som de /z/. Já no caso das grafias “capás” (capaz)” e “trás (trazer)” estão na oralidade com o som de /s/, confirmando que há, em alguns momentos, a “transcrição fonética” da realidade de quem se escreve.

Outras grafias analisadas, não trazem sinais de oralidade, no entanto, carregam influências do letramento ou da memória visual do contato com outras palavras que fazem com que a escrevente utilize a forma não convencional na escrita. Temos os exemplos, na obra de Carolina, em “quiz” “gosar”, “cosido”, “visinhos”, “sosinhas”, “horrorisada”, “realisar”, “despreso”, “economisar”, “amisade”, “cosinhei”, “deslisar” e “despresou”, grafadas com <s> e <z>, quando a convenção ortográfica orienta o oposto. A partir disso se é possível considerar o fenômeno de hipercorreção.

A hipercorreção trata-se de uma aplicação de regras onde não é permitido, segundo a convenção de ortografia, e refere-se a correções anteriores ou a contato

com formas a partir de leitura (Cagliari, 2004). Observamos isso no caso de “sosinhas” (sozinhas), por exemplo, quando, seguindo a regra ortográfica, devemos grafar conforme a origem da palavra, como quando “asa” se torna “asinha”, porém, “sós”, mesmo significado de “sozinha”, não é grafada com “s”. Já no caso das demais ocorrências, a explicação pode ser o contato com outras grafias, no exemplo de “cosido”, considerando a palavra sozinha, não vemos uma grafia não convencional, já que “cosido” relaciona-se a “costura”, contudo, no contexto da escrevente, “cosido” significaria “cozido”. Portanto, entendemos que há, de fato, uma interferência do processo de letramento da autora, circulação dialógica por tudo que já escreveu/leu (Corrêa, 2004).

### 3.2.4 Variação morfossintática (Concordância verbal)

Nos escritos de Carolina Maria de Jesus, é possível identificar construções como “os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais” (Jesus, 2020, p. 26), “Os meus filhos reprova o álcool” (Jesus, 2020, p. 27) e “As crianças não suporta a fome” (Jesus, 2020, p. 49), nas quais se observa a ausência de concordância verbal no plural, fenômeno que, segundo a gramática normativa, configuraria “erro”, mas que, sob a perspectiva sociolinguística, deve ser compreendido como expressão legítima de uma variedade do português. Lucchesi (2009) demonstra que a concordância verbal, especialmente na terceira pessoa do plural, é um dos traços de maior variação no português brasileiro. Enquanto nas variedades cultas urbanas a marca de plural tende a ser realizada de forma quase categórica, nas variedades populares ela é altamente instável, apresentando índices bastante reduzidos de flexão, sobretudo em comunidades afro-brasileiras rurais e urbanas. Esse quadro de variação se explica pelo processo histórico de formação do português do Brasil, marcado pelo intenso contato linguístico entre a língua portuguesa e as línguas africanas e indígenas, que resultou na simplificação de algumas categorias gramaticais. Nesse contexto, a forma não marcada da terceira pessoa do singular tornou-se um verdadeiro *default* verbal, ou seja, uma forma geral que pode ser usada independentemente do número do sujeito, o que explica construções como as encontradas na escrita de Carolina.

Ao empregar tais formas, Carolina Maria de Jesus não apenas reflete a variedade popular urbana à qual estava vinculada, mas também inscreve em sua obra

uma marca identitária de resistência. Sua escrita evidencia o que Lucchesi (2009) denomina “variação inerente” da concordância verbal, revelando como práticas linguísticas marginalizadas podem ocupar espaço de centralidade em um texto literário. Ao invés de adequar-se aos modelos da norma culta, a autora registra a língua que circulava em seu meio social, reafirmando tanto a autenticidade de sua experiência linguística quanto a legitimidade de uma expressão literária negra e periférica. Nesse sentido, a análise dessas passagens permite compreender que a linguagem de Carolina ultrapassa o mero registro da oralidade: ela ressignifica as marcas da variação e transforma sua escrita em um lugar de resistência cultural e de afirmação de autoria, desestabilizando as hierarquias linguísticas que historicamente silenciaram vozes negras no Brasil.

### 3.2.5 O pretuguês de Carolina Maria de Jesus

No texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez (1984) revela como as marcas linguísticas negras permanecem inscritas no português falado no Brasil, ainda que muitas vezes sejam estigmatizadas como “erro” ou “fala de ignorante”. A autora exemplifica com expressões como “Framengo” em vez de “Flamengo”, mostrando que o fenômeno não é falha individual, mas herança de línguas africanas, como o quimbundo, que não possui o fonema //l/. É nesse contexto que Gonzalez (1984) formula o conceito de *pretuguês*, compreendido como a africanização do português brasileiro, resultado da fusão entre estruturas linguísticas europeias e africanas. Assim, termos como “bunda”, “moleque” e “samba” evidenciam a contribuição lexical africana, ao passo que estruturas gramaticais simplificadas, como a ausência de certas concordâncias, revelam o impacto sintático desse contato. Mais do que um dado linguístico, o *pretuguês* representa uma forma de resistência cultural, pois denuncia o racismo linguístico que inferioriza as variedades populares, reafirmando que a língua portuguesa no Brasil é atravessada pela experiência negra. Dessa forma, Gonzalez (1984) desloca o olhar do “erro” para a identidade, ao demonstrar que o falar popular negro é constitutivo da cultura e da própria língua nacional (Gonzalez, 1984).

Em diálogo com essa formulação, Nascimento (2023) retoma a noção de *pretuguês* para evidenciar que a língua de Carolina Maria de Jesus se insere em uma tradição linguística forjada pela presença africana no Brasil. O autor demonstra que,

após séculos de contato, sobretudo com os povos Bantu, o português brasileiro foi africanizado em múltiplos níveis: no léxico (*samba, dengo, bunda, quiabo*), na sintaxe (como na dupla negação em “eu não vou não”) e na fonética/fonologia (a exemplo de *a.di.vo.gado* em vez de *advogado*). Tais marcas, longe de representarem “erros”, revelam processos históricos de resistência e recriação linguística, próximos à formação de crioulos e às línguas de culto afro-religioso, configurando um legado vivo da experiência africana no Brasil.

Ainda segundo Nascimento (2023), se a oralidade foi espaço de manutenção e reinvenção do *pretuguês*, a escrita, ao contrário, esteve submetida por muito tempo ao modelo europeu. Para o autor, o predomínio dos impressos publicados em Portugal e, posteriormente, no Brasil a partir do século XIX, instaurou o que ele chama de “diáspora branca da escrita”, que distanciou a palavra impressa da fala popular negra. Assim, enquanto a oralidade já se afirmava como *pretuguês*, a escrita permanecia como território restrito, quase estrangeiro, marcada por normas e práticas que excluía os falantes negros. É nesse ponto que a obra de Carolina Maria de Jesus adquire centralidade: sua escrita tensiona essa ordem excludente ao inscrever, no espaço impresso, uma tradição oral negra historicamente silenciada.

Em continuidade às reflexões de Gonzalez (1984) e Nascimento (2023), Rocha (2022) entende o *pretuguês* como uma linguagem de insubmissão. Para o autor, ele não se limita a ser apenas herança da presença africana no Brasil, mas constitui também uma estratégia de resistência, capaz de questionar sentidos impostos pela colonialidade e abrir espaço para novas formas de existência. Nesse processo, a escrita de Carolina Maria de Jesus assume papel central, pois leva para o universo impresso uma língua até então considerada apenas oral e marginalizada.

Com isso, Carolina rompe com o que Nascimento (2023) chamou de “diáspora branca da escrita”, inscrevendo no suporte letrado a experiência negra e popular. Rocha (2022) destaca ainda que o *pretuguês* não deve ser visto apenas como fenômeno linguístico, mas também como expressão de um direito consuetudinário dos menos abastados socialmente, ou seja, como prática cultural e social que organiza a vida nas margens e desafia a lógica dominante. Assim, o que se percebe é que tanto Gonzalez (1984) quanto Carolina utilizam a língua como ferramenta de democratização, denunciando a exclusão e afirmando a legitimidade das formas de expressão afro-brasileiras.

### 3.3.1 Interseções linguísticas: Preconceito e Racismo

De acordo com Faraco (2006), o estudo da gramática apresenta uma longa trajetória histórica, iniciando-se em civilizações antigas como a babilônica, a hindu e a chinesa, que já demonstravam interesse pelas estruturas e funcionamento da língua. Entretanto, foi na cultura greco-romana que a gramática se consolidou de forma sistemática, dando origem à concepção que conhecemos atualmente. Nesse contexto, as práticas políticas e jurídicas, especialmente durante a democracia ateniense e a república romana, desempenharam papel fundamental, pois a participação em debates públicos exigia habilidades de expressão oral e domínio da argumentação. Dessa necessidade prática surgiu a retórica, voltada para o estudo da língua com o objetivo de aprimorar o estilo, selecionar expressões adequadas às circunstâncias e ao público, e utilizar figuras de linguagem para sensibilizar e persuadir a audiência.

Paralelamente, desenvolveu-se uma tradição filosófica, presente nos pensamentos de Platão, Aristóteles e dos filósofos estoicos, que se debruçou sobre a própria natureza da linguagem. Entre os temas discutidos, destacam-se reflexões sobre a essência da linguagem humana, seu funcionamento e a relação entre signos e referentes, questionando se essa relação é motivada, isto é, intrínseca à realidade, ou arbitrária, construída por convenção histórica. Assim, a evolução da gramática esteve marcada tanto por preocupações práticas, ligadas à comunicação e persuasão, quanto por reflexões teóricas, que buscavam compreender a linguagem enquanto fenômeno humano e social (Faraco, 2006).

A partir desta sessão será explorado as complexas interseções entre a linguagem, o preconceito e o racismo, evidenciando como a língua pode ir além de um mero uso de comunicação, mas também pode ser um reflexo e um agente das relações sociais. A linguagem carga valores culturais, estigmas e preconceitos, sendo uma forte ferramenta de poder, exclusão e discriminação.

Como já foi elaborado anteriormente, a língua é uma ação em sociedade que varia. Portanto, devemos pensá-la como um ato heterogêneo e diversificado. Isto posto, partimos para definir o preconceito linguístico. Na visão mais descritivista de Bagno (1999), o preconceito linguístico é mais um preconceito que, todavia, não é tão combatido em sociedade. Nas reflexões de Bagno (1999), o preconceito linguístico se

caracteriza como uma recusa aos falares que não se encaixam na norma padrão<sup>13</sup>, essa limitada a um grupo social em específico. Fato é que se acredita que há apenas uma forma de falar o português e tudo que desvia dessa forma, não é considerada uma língua válida e é alvo de deslegitimação, ridicularização e desdém daqueles que falam o português-padrão e o tornam como ideal.

Nas considerações do linguista:

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua materna não é um saber desse tipo: ela é adquirida pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite materno. Por isso qualquer criança entre os 3 e 4 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua. (Bagno, 1999, p. 123)

Dito isto, para Bagno (1999), a língua é um saber inato do ser humano que está em convívio social e o que há em torno de toda essa recusa são mitos já desmistificados pelo autor em sua obra: *Preconceito linguístico: O que é e como se faz* (1999). O que podemos destacar aqui são os ensinamentos tradicionais mencionados por Bagno, ensinamentos que preveem o certo e errado na língua, e que trazem a ideia errônea de ascensão social por meio da língua dita como correta, tal ensino que tampouco corrobora para o aprendizado, pelo oposto, intensifica a reprodução de desigualdades sociais.

Bortoni-Ricardo (2005) destaca que o apreço pela gramática tradicional se deve ao valor que lhe foi atribuído ao longo dos séculos. Estudos de Faraco (2006) indicam que a gramática, tal como a conhecemos, está ligada aos debates gregos, que se fundamentavam em investigações de textos literários da antiguidade, como já mencionado neste trabalho. Assim, é possível notar que a gramática normativa não representa adequadamente o uso da língua no contexto brasileiro, dado que a sociedade enfrenta uma distribuição desigual de bens que influencia a aquisição da linguagem. No campo do ensino, que contribui para o preconceito linguístico, fica claro que as variedades populares são desrespeitadas em suas formas linguísticas e culturais, que estão solidamente estabelecidas em suas respectivas bagagens

---

<sup>13</sup> Refere-se a estruturas linguísticas que “ (i) obedecem a certas prescrições desatualizadas, ligadas apenas à tradição gramatical normativa; (ii) se distanciam dos usos efetivos dos brasileiros de escolaridade superior completa, mesmo em situações de escrita formal e monitorada.” (Vieira, 2017)

culturais e linguísticas<sup>14</sup>.

Em outro estudo, Bagno (2003) considera a língua como uma identidade social de cada indivíduo, ou seja, a língua(gem) de cada um de nós é além de um simples “uso”. Na visão de Bagno (2003), a língua(gem) está atrelada ao usuário, e assim não devemos pensá-la como algo externo. Ao considerar isso, deixamos de pensar a língua como dispersa a uma atividade social e iniciamos a reflexão considerando-a dentro de uma realidade de construção social e, com base nisso, se pode pontuar o preconceito linguístico como um preconceito que na verdade é social (Bagno, 2003).

Oushiro (2021), considerando as investigações em estudos de avaliação e percepção, pontua o preconceito linguístico como um preconceito inerente ao contexto social, nas palavras dela:

É possível entrever que o preconceito linguístico tem base em preconceitos sociais, de modo que usos linguísticos comuns na norma culta, mesmo que eventualmente proscritos na norma padrão – como dizer “me passa o sal”, com pronome oblíquo no início da sentença, ou a e levacão da vogal média postônica em “leite” [lej.ti] –, não costumam ser alvo de correção ou estigma, ao passo que as concordâncias nominal e verbal, ou o rotacismo (como dizer “bicicreta”) o são. Não é difícil perceber que muitos dos preconceitos relacionados aos usos linguísticos podem ser diretamente relacionados ao preconceito social quanto aos grupos que mais frequentemente fazem uso desses traços. (Oushiro, 2021, p. 320)

Essa citação evidencia uma tentativa de exclusão que não se limita apenas ao uso linguístico de determinados falares, mas também abrange o próprio falante, considerando suas especificidades e o seu contexto social. Observa-se que os usos mais estigmatizados frequentemente emergem em comunidades menos favorecidas ou mais discriminadas. Nesse sentido, é possível refletir que certos desvios ortográficos são mais aceitos em algumas comunidades. Por exemplo, quando “erros”

---

<sup>14</sup> Pierre Bourdieu, define-se como um tipo de bagagem que todos nós absorvemos, de maneira singular, dentro de nossos lares, compartilhados pelos nossos familiares. Isto posto, nossa “bagagem” será moldada, conseqüentemente, pelo âmbito no qual somos posicionados na sociedade. Mais amplamente, sobre o significado de capital linguístico, Bourdieu pontua: “Sabendo-se que as leis de transmissão do capital linguístico constituem um caso particular das leis de transmissão legítima do capital cultural entre as gerações, pode-se afirmar que a competência linguística medida segundo critérios escolares depende, a exemplo de outras dimensões do capital cultural, do nível de instrução medido pelos títulos escolares e pela trajetória social. Pelo fato de que o domínio da língua legítima pode ser adquirido pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou pela inculcação expressa de regras explícitas, as grandes classes de modos de expressão correspondem a classes de modos de aquisição, isto é, a formas diferentes da combinação entre os dois principais fatores de produção da competência legítima, a família e o sistema escolar. (Bourdieu, 2008, p. 49)

de ortografia são comuns na fala de pessoas consideradas “letradas”, eles tendem a ser menos problemáticos do que aqueles cometidos por indivíduos de grupos com menor ascensão social (Bagno, 2003).

Para esta pesquisa, é fundamental abordar o racismo linguístico, tendo como ponto principal de discussão, que a obra de Carolina Maria de Jesus experienciou e ainda enfrenta nos dias de hoje. Nessa discussão, ainda é necessário entender os vínculos desse preconceito. Como já foi elaborado neste capítulo, o preconceito linguístico está ligado ao preconceito social. É pertinente afirmar que o racismo constitui um fenômeno estrutural, uma vez que está profundamente enraizado nas organizações econômicas e políticas da sociedade. Assim, o racismo não se restringe a manifestações individuais, mas também exerce uma influência significativa sobre o funcionamento geral da sociedade (Almeida, 2019). Para Nascimento (2020):

Uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. [...] o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação. (Nascimento, 2020, p. 178)

Essa citação ressalta a interconexão entre a língua e o racismo, reforçando, mais uma vez, que a comunicação vai além de um simples uso, considerando a como uma posição dentro do poder em sociedade. Ademais, ao evidenciar que a língua é a participante primordial nas formas de poder ou dominação, podemos concluir que a língua pode reforçar desigualdades e hierarquias sociais, proporcionando a marginalização de grupos racializados<sup>15</sup>.

A noção de raça foi historicamente utilizada para classificar seres humanos, especialmente aqueles que não são pertencentes ao grupo branco. A racialização, é válido mencionar, trata de desumanizar, com um limite a uma simples categoria. O objetivo dessa designação de “raça”, foi de manter a estrutura social, que favorece certos grupos em detrimento de outros (Almeida, 2019). Nos apontamentos de Nascimento (2020), o grupo que racializava, se estabeleciam como, nas palavras dele: “universais”, isto porque a idealização das línguas, é fundamentada na perspectiva

---

<sup>15</sup> Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. E a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão. (Hall, 2008, p. 69)

branco-cêntrica. Nesse ponto já temos um caminho para compreender como se dá o processo que se instaura o racismo linguístico.

Uma vez que compreendemos a língua como uma marcação identitária e o preconceito linguístico como um preconceito social, não devemos deixar de pontuar que o racismo está diretamente ligado ao preconceito linguístico também. Como podemos imaginar, com base nas discussões até aqui, se a população negra é desprezada, sua língua, ou forma de falar e escrever, também será hostilizada.

Nesta perceptiva, podemos entender a língua(gem) como “[...] o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (Gnerre, 1991), considerando que é a partir dela que se faz a exclusão social ou a preservação do grupo branco, ou seja, a limitação do poder a um certo grupo ou até a próprio direto de fala. Podemos definir a norma culta/padrão como uma característica da branquitude detentora de prestígio social e assim, é primordial que se esclareça que a língua tem classe e raça, ou uma racialização.

Segundo Bento (2022), há na branquitude um certo tipo de “pacto”, isto é, um pacto entre o grupo branco que não é verbalizado, todavia visa manter o poder nas mãos de pessoas brancas. Para a autora, há nesse pacto um processo narcísico, cujo coopera para a preservação dos privilégios do grupo branco. Assim, é como se todos os “diferentes” ao grupo branco, considerando essa afirmativa, coagisse o “normal”, o “universal”, nas palavras de Bento (2022). Para a escritora: “Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (Bento, 2022, p. 13). Portanto, esse processo limita os acessos e molda o preconceito linguístico e social.

A língua do colonizador foi imposta e, dessa forma, povos colonizados utilizavam a língua do interlocutor até mesmo para gerar significados que os ajudassem na defesa e na sobrevivência ao intenso tráfico negreiro, assim, também transformando a língua do interlocutor (Nascimento, 2020):

Portanto, se esse interlocutor é a branquitude, [...] então o negro teve ainda que adaptar a sua fala durante todo o processo, apagando aparentemente muitas vezes suas próprias marcas de origem ou traduzindo algumas delas e, assim, modificando a própria língua do colonizador. (Nascimento, 2020, p. 97)

A adaptação da língua do colonizador evidencia uma duplicidade: há a imposição de uma forma nova de comunicação e, por um outro lado, há a

oportunidade de reinventar essa língua. De acordo com Hooks (2013), em um contexto norte-americano que podemos considerar para nossa realidade, esse uso ressignificado da língua do opressor pode servir como um fator de libertação, ou seja, a língua do opressor é voltada a ele mesmo, modo a servir como uma resistência, como uma fala contra hegemônica, libertando-se a partir de tal uso.

No entanto, como já foi discutido neste capítulo, existe um reforço, muitas vezes institucional, especialmente no contexto escolar, que tende a imposição às línguas não brancas, ou aquelas que consideram não-padrão, à língua do colonizador (Nascimento, 2020). Essa dinâmica perpetua estigmas e reproduções de preconceito, dificultando a valorização das diversas formas presentes no contexto linguístico.

Na análise de Nascimento (2020), o pensamento normativista, aquele que considera apenas uma forma linguística como correta, reforça a racialização por meio da língua. Segundo o autor, o que ocorria na época colonial, quando a capacidade de dominar a língua portuguesa se tornou uma ferramenta de controle e hierarquização, os negros que dominavam melhor a língua colonizadora, serviam de repassar as ordens aos demais. O mesmo que acontece nos dias hodiernos, uma vez que aquele que domina melhor a norma culta/padrão, é visto pela branquitude como superior, mas ainda inferior a ela, aos que não dominam. Considerando o contexto brasileiro, que majoritariamente é composta por pessoas negras, é ainda mais perceptível que a norma padrão/língua branca/língua colonizadora, é, de fato, limitada a uma pequena parcela de usuários da língua. Para Nascimento (2020):

[...] para além de oportunizarem preconceito linguístico, os compêndios gramaticais e a indústria do bom português são racistas. O racismo linguístico, como os demais num país dominado por um princípio de democracia racial que jamais existiu, passa ao largo se nomearmos devidamente suas facetas. (Nascimento, 2020, p. 641)

Por conseguinte, para finalizar este breve capítulo, podemos afirmar, baseando-se nas contribuições de Nascimento (2020), que o racismo linguístico não se manifesta somente na desvalorização da variedade linguística, mas também na construção de uma hierarquia branca que ignora a riqueza e a existência da diversidade, tomando para si a sua cultura e forma linguística como única possível. Assim, compreendemos como a língua(gem) é constantemente um forte componente de opressão e resistência.

### 3.3.2 Voz e corpo: A construção identitária

Nesta seção, pretende-se tratar os conceitos de identidade, levando em conta o pertencimento, a manifestação identitária e a resistência mediante a língua oral e escrita, para melhor compreender os fragmentos do diário de Carolina Maria de Jesus e a construção identitária da autora por meio de seus relatos escritos e de seus usos linguísticos.

Para iniciar, é necessário definir o conceito de identidade. Todavia, estudar os aspectos da identidade está longe de ser algo facilmente decifrável, pelo contrário, envolve uma complexidade teórica que atravessa diferentes campos do saber. Bauman (2005) parte do pressuposto de que a identidade e o pertencimento devem ser compreendidos como variáveis, uma vez que uma identidade fixa seria custosa ou, em suas palavras, “um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (Bauman, 2005, p. 60).

Na mesma direção, Hall (2006) propõe compreender a identidade não como algo acabado, mas como um processo em andamento, ou seja, como identificação. Para o autor, as identidades surgem menos da plenitude do eu e mais das formas como nos imaginamos vistos pelos outros. Assim, a modernidade tardia marca a fragmentação identitária, na qual os sujeitos se vinculam a diferentes grupos, culturas e narrativas ao longo da vida, influenciados por transformações sociais, políticas e culturais. Essa perspectiva é detalhada em três modelos: o sujeito do Iluminismo (identidade fixa e universal), o sujeito sociológico (identidade construída nas interações sociais) e o sujeito pós-moderno (identidade fluida e múltipla).

Nesse processo, identidade e diferença constituem dimensões complementares. Conforme Hall (2014), “a marcação da diferença é o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (Hall, 2014, p. 42), pois as identidades são construídas em oposição ao “outro”. Essa oposição, entretanto, pode gerar estigmas e hierarquias, em que certas identidades são tomadas como superiores, universais ou civilizadas. Bhabha (1998) aponta que, nesse contexto, a narrativa colonial produz uma violência simbólica ao negar voz e história ao colonizado, reduzindo-o à condição de “outro” subalterno.

De modo complementar, Fernandes (2006) define a identidade social como o conjunto de conceitos que o indivíduo desenvolve sobre si em articulação com grupos

socialmente significativos. Essa concepção torna visível que, no caso da identidade negra, há uma dimensão coletiva incontornável, marcada pela experiência histórica comum de marginalização e resistência. Como ressaltam Souza (1983) e Almeida (2019), a identidade negra não é um dado a priori, mas um “vir a ser” (Souza, 1983, p. 77), frequentemente tensionado pela imposição de um modelo branco e eurocêntrico, cuja internalização pode gerar alienação, baixa autoestima e negação da própria negritude. Fanon (2008), em *Pele negra, máscaras brancas*, analisa esse processo como uma alienação identitária, em que o sujeito negro, para ser aceito socialmente, recorre a máscaras de embranquecimento, negando sua singularidade.

É nesse cenário que a escrita de Carolina Maria de Jesus se apresenta como prática de resistência e de afirmação identitária. Ao narrar experiências de racismo e rejeição, a autora confronta diretamente a lógica de inferiorização e reivindica o valor positivo da negritude:

“Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me:

– É uma pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo negro mais iducado do que o cabelo branco. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (Jesus, 2020, p. 64).

Esse testemunho rompe com a representação negativa do corpo negro e afirma sua beleza e dignidade, evidenciando como a identidade pode ser construída também em chave de resistência.

Ao refletir sobre outras dimensões da identidade, podemos perceber marcas de autorreconhecimento na vida pessoal e social da autora. A identidade maternal, por exemplo, se articula com os conceitos de Hall (2014) sobre papéis sociais e investimentos subjetivos:

Os fatores sociais podem explicar uma construção particular de maternidade, especialmente a de ‘boa mãe’, [...], mas não explicam qual o investimento que os indivíduos fazem em posições particulares e os apegos que eles desenvolvem por essas posições (Hall, 2014, p. 60).

Carolina constrói seu próprio ideal de maternidade, diferindo-se das outras mães da favela e rejeitando práticas de violência, como no exemplo que segue: “Ela às vezes joga água nos meus filhos. Ela alude que eu não expanco os meus filhos.

Não sou dada a violência” (Jesus, 2020, p. 23). Ainda nesse aspecto, sua percepção sobre limites financeiros e cuidados revela uma sensibilidade crítica ao contexto de pobreza: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais?’ Esta palavra ‘Tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais” (Jesus, 2020, p. 44).

Ao mesmo tempo, Carolina evidencia sua autonomia e rejeição à dependência masculina, aproximando-se de um pensamento feminista mesmo sem a denominação formal: “Não casei e não estou descontente. Os que preferiu-me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis” (Jesus, 2020, p. 23).

Sua identidade étnica e racial também é ressaltada como um processo de reconhecimento e afirmação, denunciando preconceitos e desigualdades sociais: “O branco é que diz superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe pinga. [...] A natureza não seleciona ninguém” (Jesus, 2020, p. 64).

No campo do autorreconhecimento como escritora e poeta, Carolina se distingue de seus vizinhos, como em: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu e faço isto em prol dos outros” e em “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê um povo oprimido” (Jesus, 2020, p. 42).

Finalmente, sua consciência política e social se manifesta na crítica à desigualdade e à ineficiência das políticas públicas: “Quem deve dirigir o Brasil é quem tem capacidade. [...] Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores” (Jesus, 2020, p. 43).

Esses exemplos mostram como Carolina constrói sua identidade a partir do que é, do que não é e do que deseja ser, reafirmando sua posição de mulher negra, periférica, mãe solo, escritora e cidadã crítica.

O movimento da Negritude, por sua vez, dialoga com essa construção identitária, como ressaltava Domingues (2005), ao definir a Negritude como um movimento de resgate da humanidade do negro, insurgindo-se contra o racismo e contra os valores estéticos ocidentais que negavam a cultura africana. Essa perspectiva opõe-se à alienação denunciada por Fanon (2008) e reafirma a ancestralidade africana como fonte de orgulho, ética e estética. A Negritude, inicialmente literária, rapidamente se torna também política e identitária, sendo fundamental para consolidar uma autoimagem positiva, propiciar visibilidade e romper

com o silêncio imposto pela dominação colonial. Dessa forma, o reconhecimento da especificidade de cada identidade é condição para qualquer discurso universal, consolidando a Negritude como espaço de afirmação negra (Domingues, 2005).

Assim, a reflexão sobre Carolina Maria de Jesus, articulando identidade pessoal, maternal, étnica, literária e política, insere-se em uma tradição maior de resistência cultural e autorreconhecimento promovida pelo movimento da Negritude, mostrando que sua escrita é, simultaneamente, denúncia social, afirmação identitária e gesto político-cultural.

Em síntese, este capítulo buscou apresentar a fundamentação teórica necessária para a análise, revisitando conceitos centrais da Sociolinguística e sua contribuição para a compreensão da heterogeneidade linguística. A partir dessa perspectiva, foi possível delinear como as manifestações da variação linguística emergem em *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (2020), ressaltando fenômenos fonológicos e morfossintáticos característicos da escrita de Carolina Maria de Jesus. Também foram discutidas as especificidades do pretuguês e suas implicações para o entendimento da produção da autora, além das problemáticas do preconceito e racismo linguístico que incidem sobre sua recepção. Por fim, as reflexões em torno da identidade e da negritude completaram o percurso, assegurando a base conceitual para a análise crítica que se desenvolverá nos capítulos seguintes.

Com base nas análises, nos fragmentos levantados e nas reflexões teóricas, percebe-se que a escrita de Carolina Maria de Jesus constitui uma marca de suas vivências e de sua identidade. Ainda que não seja possível afirmar com certeza a intencionalidade de suas escolhas linguísticas, é inegável que sua identidade atravessa seus escritos, seja pela manifestação do pretuguês, seja pela necessidade de afirmar-se por meio da palavra e de inscrever sua existência em versos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central investigar a escrita de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (edição de 2020), compreendendo-a como expressão de identidade e resistência. Partindo da hipótese de que sua produção não é fruto do acaso ou apenas de limitações escolares, todavia pode ser entendida como uma marca que carga a subjetividade da autora. Buscou-se demonstrar que o uso do chamado pretuguês constitui marca estilística e gesto político, reafirmando sua condição de mulher negra, periférica e escritora, que a torna uma referência que enaltece a população negra.

Para atingir esse objetivo, primeiramente foi realizado um levantamento de teses e dissertações que discutem a obra da autora, o que possibilitou situar esta pesquisa em discussões acerca da língua(gem), estilo e identidade da autora. Esse percurso mostrou que Carolina ultrapassa a imagem de “personagem social” para consolidar-se como intelectual e escritora, cuja trajetória reafirma a potência do letramento não escolarizado. Além de agregar mais informações sobre a escritora e seu processo de escrita.

Em seguida, a análise da biografia e da formação leitora de Carolina evidenciou que, mesmo em condições adversas, sua educação pelo livro, pela oralidade e pelo autodidatismo possibilitou a constituição de uma voz crítica e autônoma. Assim, sua escrita pode ser compreendida não apenas como registro do cotidiano, mas como gesto literário e político que denuncia desigualdades sociais, ressignifica a língua e afirma uma identidade negra feminina.

A análise sociolinguística das ocorrências de variação presentes em *Quarto de despejo* (2020), como o alçamento vocálico, o rotacismo, a concordância variável e outras marcas, confirmou a presença de uma escrita que se afasta da norma-padrão em muitos momentos, no entanto que se aproxima da realidade linguística popular brasileira. Ao invés de “erro”, tais formas foram interpretadas como marcas de um projeto construído a partir de um estilo próprio, que reinscreve o português a partir da experiência negra, dialogando com o conceito de pretuguês desenvolvido por Lélia Gonzalez. Nesse sentido, a escrita de Carolina emerge como espaço de resistência contra o racismo linguístico e cultural.

O estudo também demonstrou que sua obra tensiona a lógica da

subalternização, pois, ao narrar a vida na favela em primeira pessoa, inscreve no espaço literário uma voz feminina negra, historicamente silenciada. Sua escrita, portanto, deve ser lida como ato de resistência e como projeto estético-político que desafia tanto as normas linguísticas quanto os modelos literários hegemônicos.

Como conclusão, é importante destacar que não se pode afirmar com certeza a intencionalidade de Carolina Maria de Jesus ao empregar grafias não convencionais, sobretudo porque sua escrita, em diferentes momentos, oscila entre registros formais e não formais. Essa oscilação revela não apenas a complexidade de sua relação com a língua, mas também a forma como a escrita se torna espaço de negociação entre padrões sociais, culturais e pessoais. Ressalta-se, ainda, que Carolina foi leitora desde a infância, quando ainda era Bitita, desenvolvendo uma inteligência essencialmente autodidata, embora suas oportunidades de acesso ao ensino formal tenham sido limitadas. Essa trajetória evidencia que sua produção literária não é apenas fruto de talento inato, mas também de uma experiência de vida marcada por dificuldades, resistência e observação atenta do mundo ao seu redor. Nesse sentido, sua escrita carrega inseparavelmente marcas de sua identidade, de sua história, de sua pele e de suas dores, revelando um estilo singular no qual vida e literatura se entrelaçam de maneira indissociável. Ao analisar seus textos, percebe-se que cada escolha linguística, cada registro e cada fragmento de linguagem traz consigo a presença do sujeito, tornando impossível separar o indivíduo de sua escrita. Assim, a obra de Carolina Maria de Jesus se apresenta não apenas como um documento literário, mas como um testemunho vivo de experiências sociais, culturais e históricas que ultrapassam o espaço da literatura, reafirmando seu papel de resistência, memória e afirmação identitária.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.
- ARRUDA, Aline Alves. *Carolina Maria de Jesus [manuscrito]: projeto literário e edição crítica de um romance inédito*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude* [recurso eletrônico]. Brasil: Companhia das Letras, 2022.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- BORGES NUNES DE SOUZA, Carlos César; LOPES, Norma da Silva. Sobre o estilo na sociolinguística de terceira onda: perspectivas teórico-metodológicas. *A Cor das Letras*, [S. l.], v. 22, n. Esp., p. 7-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/7523>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & Educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. 1. ed. São Paulo: Scipione. 2004.
- CARMO, Márcia Cristina do; BUGAI, Tayná Maria Coelho; DIAS, Jheniffer Amanda. “Refrigerante” e “sargadinhos”: rotacismo e grafias não-convencionais de alunos do sexto ano do Ensino Fundamental em Ponta Grossa (PR). *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 24, n. 3, p. 137-153, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/31883>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- CARRIJO, Fabiana Rodrigues. *Nas fissuras dos cadernos encardidos: processos de subjetivação e a discursividade literária em Carolina Maria de Jesus*. 2013. Tese

(Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

COLLISCHONN, Gisela. *Fonologia do português brasileiro: da sílaba à frase*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual review of Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 87-100, 2012.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos. Alberto. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? *Calidoscópio*, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2006.

FARIAS, Tom. *Carolina: Uma biografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERNANDES, Catiana da Silva. *Todos têm um ideal. O meu é gostar de ler: a formação leitora de Carolina Maria de Jesus*. 2023. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 55-72, jan./mar. 2006.

FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 33-58.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da; HASENBALG, Carlos Alfredo (org.). *Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 223-244.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HORA, Dermeval da. Sociolinguística(s)? In: MATZENAUER, Carmen; HORA, Dermeval da (org.). *Linguagem: variação e estrutura da língua*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2021. p. 15-37.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria*, v. 1: Osasco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada: edição comemorativa (1960-2020)*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos* [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância verbal. In: *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES, Matheus Augusto de Santana. *Um Brasil para os brasileiros: o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

MENDES, Ronald Beline. A terceira onda da sociolinguística. In: SOUZA, Paulo Chargas de; FIORIN, José Luiz (org.). *Novos caminhos da linguística*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 103-125.

MIRANDA, Fernanda R. “Diário de Bitita” ou “Um Brasil para os brasileiros”: pós-abolição e narrativa em Carolina Maria de Jesus. *Revista Athena*, [S. l.], v. 17, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/4408>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. O pretuguês de Carolina Maria de Jesus e o português de Regina Dalcastagnè: carta aberta à escritora Conceição Evaristo. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 9332-9341, jul./set. 2023.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo* [recurso eletrônico]. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

OUSHIRO, Livia. Avaliações e percepções sociolinguísticas. *Estudos Linguísticos*, v. 50, p. 318-336, 2021.

PERPÉTUA, Elzira Divina. *Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo*. 2000. Tese (Doutorado em Estudos Literários) –

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ROCHA, Marcelo Nunes da. O pretuguês e o uso da língua como o inventar de novas formas de insubmissão: Lélia González e Carolina Maria de Jesus. *Anais do CIDIL*, 2023.

SANTOS, Lara Gabriella Alves dos. *Carolina Maria de Jesus: análise identitária em Quarto de despejo – diário de uma favelada*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alhambra, 1989.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

VALÉRIO, Amanda Crispim Ferreira. *A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo. A norma-padrão (e seus outros nomes) na avaliação da produção escrita. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 15, p. 6-17, 2017.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006. Tradução de Marcos Bagno.